



Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social  
Escola de Serviço Social

Laís Stefani da Silva

**O Exercício Profissional do Assistente Social no CRAS Cabanas em  
Mariana-MG**

Mariana, MG

2018

Laís Stefani da Silva

**O Exercício Profissional do Assistente Social no CRAS Cabanas em  
Mariana-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientação:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Kathiúça Bertollo.

Mariana, MG

2018

S586e

Silva, Lais Stefani da Silva.

O exercício profissional do assistente social no CRAS Cabanas em Mariana - MG [manuscrito] / Lais Stefani da Silva. - 2018.

70f.:

Orientadora: Profª. Drª. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Contra-reforma. 2. Assistente Social. 3. Ambiente de trabalho. 4. Política social. 5. Neoliberalismo. I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)

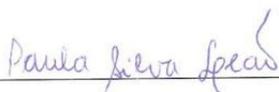
**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS CABANAS  
EM MARIANA - MG**

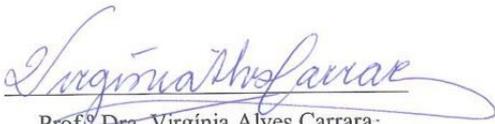
LAÍS STEFANI DA SILVA

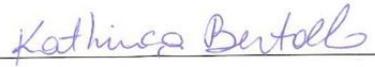
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Kathiúça Bertollo

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 29 de novembro de 2018

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>o</sup> Me. Paula Silva Leão  
Universidade Federal de Ouro Preto

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>o</sup> Dra. Virginia Alves Carrara  
Universidade Federal de Ouro Preto

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Kathiúça Bertollo (Orientadora)  
Universidade Federal de Ouro Preto

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico esse trabalho a minha mãe por todo amor e dedicação para comigo, por ter sido a peça fundamental para que eu pudesse me tornar a pessoa que hoje sou. A minha família, a minha irmã, pelo carinho e apoio que sempre me deu em todos os momentos que precisei. Amo vocês.

## RESUMO

Nessa pesquisa analisam-se as condições de trabalho dos assistentes sociais no âmbito da política de assistência social, utilizando-se como base do estudo as referidas transformações no mundo do trabalho, a contrarreforma do Estado e a desregulamentação do município de Mariana/MG. Para realizar a análise se desenvolverá uma pesquisa de campo qualitativa com assistentes sociais que trabalham na política de assistência social no CRAS situado no bairro Cabanas na Cidade de Mariana/MG. Nesse sentido se desenvolverá esta pesquisa com base nos seguintes âmbitos de discussão: mudanças no cotidiano profissional; avanços, desafios e limites ao exercício profissional; articulação do projeto ético-político-profissional; autonomia profissional; precarização do trabalho e as políticas sociais no atendimento das demandas dos usuários. Assim buscaremos construir uma reflexão e análise sobre o exercício profissional dos assistentes sociais e as atuais condições de trabalho dos profissionais diante das transformações do mercado, do Estado e da Sociedade Civil. No campo da política de assistência social ocorreram importantes mudanças, as quais precisam ser apreendidas pelos profissionais. Dessa forma propõe-se que os assistentes sociais devem repensar seu exercício profissional instituindo o fortalecimento da intervenção profissional a partir do trabalho direcionado a defesa dos direitos e a ampliação da cidadania.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the working conditions of social workers in the context of social assistance policy, using as basis of the study the aforementioned transformations in the world of work, the counter-reform of the State and the deregulation of the municipality of Mariana / MG. To carry out the analysis, a qualitative field research will be developed with social workers working in the social assistance policy at CRAS located in the Cabanas neighborhood in the City of Mariana / MG. In this sense, this research will be developed based on the following areas of discussion: changes in professional daily life; advances, challenges and limits to professional practice; articulation of the ethical-political-professional project; professional autonomy; precarization of work and social policies in meeting the demands of users. Thus, we will seek to construct a reflection and analysis about the professional practice of social workers and the current working conditions of professionals in face of the changes in the market, the State and Civil Society. There have been important changes in the field of social assistance policy, which need to be apprehended by professionals. In this way, it is proposed that social workers should rethink their professional practice by instituting the strengthening of professional intervention based on the work directed to the defense of rights and the extension of citizenship.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICSA – Instituto Ciências Sociais Aplicadas

ICHS – Instituto Ciências Humanas Sociais

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NAS – Núcleo de Assistentes Sociais

PNAS – Política Nacional Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

SEDESC – Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>SERVIÇO SOCIAL, ESTADO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: BREVES CONSIDERAÇÕES.....</b>  | <b>14</b> |
| 1.1 O exercício profissional do Assistente Social: questões legais normativas e ético políticas.....   | 14        |
| 1.2 Estado e a intervenção nas expressões da questão social.....   | 21        |
| 1.3 A Política de Assistência Social no Brasil: Da Constituição Federal de 1988 ao SUAS e sobre o exercício profissional do Assistente Social..... | 25        |
| <b>O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS CABANAS EM MARIANA-MG.....</b>                          | <b>32</b> |
| 2.1 O município de Mariana-MG: Apontamentos sobre os âmbitos econômico e social.....   | 32        |
| 2.2 A conformação e a execução da Política de Assistência Social em Mariana-MG.....  | 37        |
| 2.3 A realidade do exercício profissional do assistente social no CRAS Cabanas.....  | 43        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>54</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>58</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>64</b> |

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se refere ao TCC que desenvolvi no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, (UFOP) uma dos pré-requisitos para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

O Interesse por pesquisar sobre os ‘limites e possibilidades do exercício profissional do assistente social no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Cabanas, um dos CRAS do município de Mariana-MG, partiu de minha inserção enquanto estagiária neste equipamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A experiência de estágio, possibilitou a observação da atuação desse profissional como trabalhador assalariado que exerce seu exercício profissional em um contexto de limites e possibilidades, em um país em que a ideologia dominante se coloca contra os direitos sociais, restringindo as políticas sociais públicas conquistadas arduamente pela luta da classe trabalhadora.

Ao assumir o ideário neoliberal na condução do Estado brasileiro os diferentes governos vêm causando um desmonte das políticas sociais, privatizando os serviços públicos e através das contrarreformas vem colocando a classe trabalhadora a mercê do sistema produtivo que prioriza os contratos flexíveis, as terceirizações, os trabalhadores polivalentes, aumentando a exploração da força de trabalho. Portanto, o atual estágio de desenvolvimento do Capitalismo Monopolista resulta no desmantelamento dos direitos arduamente conquistados e que são expressos em nosso país na Constituição Federal de 1988.

Assim sendo, a pesquisa ora apresentada trata da realidade. Aponta como a construção sócio histórica do nosso país tem rebatimentos nas relações de trabalho, no exercício profissional do assistente social do CRAS Cabanas em Mariana-MG que, como parte da classe trabalhadora, tem o seu agir profissional submetido à lógica privatista do mercado e da precarização, trazendo inúmeros desafios e dificuldades de materialização ao que tange à formação e à direção ideológica hegemônica da profissão. Assim, para a efetivação do projeto ético-político da categoria, que requer do profissional estratégias diárias mediante seus limites e possibilidades interventivas.

O questionamento central da presente pesquisa foi delimitado da seguinte forma: Quais são os limites e possibilidades do exercício profissional do assistente social no CRAS Cabanas em Mariana-MG diante do cenário de contrarreformas e precarização do mundo do trabalho?

Para responder tal premissa delimitou-se como objetivo geral da pesquisa: ‘refletir sobre os limites e possibilidades do exercício profissional do assistente social no CRAS Cabanas em Mariana-MG, diante da ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora no contexto de contrarreformas das políticas sociais pelo Estado e de precarização do mundo do trabalho’.

Para além do objetivo geral proposto, outros apontamentos foram de suma importância para o seu desenvolvimento. Sendo eles: ‘Refletir sobre a política de assistência social no contexto brasileiro e no município de Mariana-MG’; ‘Evidenciar o impacto das contrarreformas efetuadas pelo Estado brasileiro no cotidiano de trabalho do assistente social no CRAS Cabanas em Mariana-MG’; ‘Evidenciar o contexto laboral do assistente social no município de Mariana-MG dando ênfase ao CRAS Cabanas a fim de explicitar a realidade profissional neste lócus específico’; e, ‘Identificar os limites e possibilidades de atuação do assistente social no CRAS Cabanas em Mariana-MG’.

Para responder aos questionamentos e alcançar os objetivos traçados, a presente pesquisa foi organizada compreendendo dois capítulos.

O primeiro capítulo vai abordar sobre o exercício profissional do assistente social, através de um breve esboço histórico da profissão que teve um vínculo muito forte com a igreja, sua transição de caráter assistencial, ajuda, para uma profissão técnica legalmente reconhecida demandada pelo modo de produção Capitalista, que tem nas expressões da questão social seu objeto de trabalho..

Será apresentado nesse capítulo as leis que regem o Serviço Social enquanto profissão sociotécnica, os documentos norteadores do agir profissional desses trabalhadores que fazem parte da classe trabalhadora e que tem no seu cotidiano profissional muitas limitações seja no que tange às reformas trabalhistas, com as precarizações do trabalho e na materialização da defesa da classe trabalhadora. As leis de regulamentação da profissão, Lei 8. 662 que estabelece as competências e atividades privativas desse profissional, o código de ética de 1993, o projeto ético político, explicitam assim o caráter de luta da categoria, na busca por uma sociedade mais igualitária, por justiça social.

O capítulo irá abordar a respeito do papel do Estado, e das elites brasileiras, a forma como se dá a intervenção do órgão nas expressões da questão social, levando em consideração a particularidade do Brasil, como um país Latino Americano, apresentando as especificidades de adoção ao mercado financeiro, num país de economia dependente, onde o moderno se faz

mediante ao arcaico, explicitando assim a ideologia neoliberal do Estado que prioriza o mercado em detrimento das políticas sociais e conseqüentemente tem no trato com as questões sociais ações pontuais e focalizadas visando o enrijecimento da privatização dos serviços públicos e contrarreformas que precarizam o mercado de trabalho num todo e conseqüentemente o exercício profissional dos assistente sociais.

O capítulo ira abordar também a respeito da construção da Política de Assistência Social, ira retratar desde a Constituição Federal de 1988 que foi um marco para a classe trabalhadora no reconhecimento de seus direitos e de como se efetivou a construção do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o capítulo trará através de cronograma histórico como a política de Assistência social Brasileira é organizada mediante o afrente Neoliberal que vem desde os anos 1990 causando um desmonte nas políticas sociais, sua organização mediante avanços e retrocessos.

No capítulo dois será tratado a respeito do exercício profissional do assistente social na política de assistência social no CRAS Cabanas em Mariana MG, mediante ao atual cenário de contenções de gastos da gestão pública, o Município passa por um período social e econômico conturbado, desde o rompimento da Barragem de Fundão da Mineradora Samarco em novembro de 2015, sendo que o rebatimento da tragédia perdura até os dias atuais.

O capítulo se preocupara em trazer características econômicas, geográficas e sociais do Município, ira abordar a respeito da dependência da cidade as Empresas Mineradoras locais, Samarco, Vale, BHP, visto a atividade extrativista ser grande geradora de empregos na região, problematizando assim no que tange essa dependência e suas conseqüências no mercado de trabalho local.

Sera abordado sobre a Lei que dispõe sobre a Política de Assistência social do Município, como ela é organizada para atender a população Marianense e aos usuários do CRAS Cabanas, e de como o exercício profissional dos assistentes sociais do equipamento em estudo vem se efetivando mediante ao atual cenário crítico do município e de contrarreformas do Estado.

Foi realizado inicialmente uma pesquisa documental em documentos e legislações emitidos e elaborados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC) em Mariana-MG para aprofundarmos o conhecimento a respeito da situação trabalhista dos assistentes sociais que atuam nos equipamentos do SUAS no município, bem como, buscar

informações sobre concursos públicos, sobre os contratos de trabalhos desses profissionais, sobre contratos terceirizados.

Para dar corpo ao trabalho um vasto material bibliográfico foi consultado e referenciado ao longo da discussão, autores de prestígio no círculo acadêmico do Serviço Social como: Marilda Villela Iamamoto, Jose Paulo Netto, Raul de Carvalho, Florestan Fernandes, Yolanda Guerra, Maria Carmelita Yazbek deram consistência teórica ao trabalho, foi utilizado artigos da Fernanda Negri, da professora Orientadora, a Dr. Kathiúça Bertollo que foram de suma importância para o desenvolvimento do capítulo dois da referida pesquisa, para agregar no que tange aos dados sociais da Política de Assistência Social e do Município de Mariana consultei o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ,site da prefeitura da cidade, dentre outros ,além de todo material extra consultado e referenciado..

Para alcançar a materialidade da proposta de responder quais são os limites e possibilidades do exercício profissional do assistente social no CRAS Cabanas será aplicada uma entrevista com roteiro semiestruturado aos assistentes sociais que atuam nesse equipamento, afim de colher informações que subsidiem o entendimento acerca da política de assistência no município e sobre o SUAS, sobre como os impactos que as contrarreformas desencadeiam sobre seu cotidiano profissional, sobre como as alterações no mundo do trabalho afetam o seu exercício profissional, sobre as possibilidades de atuação, dentre outros aspectos. Este instrumento de coleta de dados somente foi aplicado após submissão e aprovação do presente estudo pelo Comitê de Ética da UFOP, via Plataforma Brasil. Ou seja, esta pesquisa está devidamente aprovada pelas instâncias normatizadoras e fiscalizadoras desses processos acadêmico-científicos e ético-legais.

Dito isso, buscar-se-á através dessa pesquisa, aprofundar o conhecimento acerca do contexto sócio histórico do país e de como o Estado brasileiro vem se organizando e conduzindo suas ações a partir da adoção do neoliberalismo como modelo de ação. Também, como a Política de Assistência social vem se consolidando através de avanços como a implementação do SUAS e, conseqüentemente vivenciando retrocessos a partir dos impactos advindos da contrarreforma do Estado, o que afeta diretamente o exercício profissional do assistente social nos diferentes espaços sócio ocupacionais e muito fortemente nos CRAS.

## Capítulo 1

### SERVIÇO SOCIAL, ESTADO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: BREVES CONSIDERAÇÕES

O presente capítulo tem o intuito de possibilitar uma reflexão acerca das desigualdades do cenário político, econômico e social brasileiro trazendo referências históricas e o contexto contemporâneo do desenvolvimento capitalista. A partir da forma como o capitalismo monopolista se configurou no solo brasileiro, as suas contradições e desigualdades imprimem uma particularidade à formação social do país. O papel do Estado nesse contexto, muito fortemente de repressão aos direitos da classe trabalhadora, como por exemplo: reformas trabalhistas, ajustes fiscais, focalização das políticas públicas, dentre outras ofensivas influenciam diretamente no exercício profissional do assistente social nos mais variados espaços sócio ocupacionais, e também, muito fortemente, na política de assistência social. Assumindo o posicionamento a favor da classe trabalhadora, o Serviço Social localiza-se no campo de enfrentamento e trato às expressões da questão social, atualmente, expressivamente a partir da operacionalização da política de assistência social. Política esta que teve um significativo avanço legal e normativo nas últimas décadas, mas que em seu cotidiano de operacionalização apresenta e vivência expressivos entraves e desafios. São estas questões que serão nos itens que segue.

Neste primeiro capítulo, iremos apresentar elementos teóricos do modo de produção capitalista e como ele atinge diretamente no envolvimento de adolescentes (majoritariamente da classe trabalhadora) com a criminalidade. Começaremos com a abordagem sobre o funcionamento do capitalismo, expondo o conceito de mercadoria e o conceito de trabalho na teoria marxista.

#### **1.1 - O exercício profissional do Assistente Social: questões legais normativas e ético políticas**

“O início da profissão data do fim do século XIX na Europa e nos EUA, e da década de 1930 no Brasil”. Lanza e Torres, (2013, p. 198). O Serviço social teve em seu início interventivo um vínculo muito forte com a igreja, sendo conhecido como uma profissão de

ajuda, da doação. Carregava consigo um caráter de ajuste dos sujeitos envolvidos, onde o homem tinha que se adaptar à sociedade, enquadra-se aos moldes pregados e difundidos pelas elites dominantes.

Conforme Carvalho e Iamamoto, (2009), a profissão transita da caridade tradicional, que era condicionada pelas pequenas e singelas ações das classes dominantes, e ganha um caráter mais racionalista e centrado nas atividades profissionais pela prestação de serviço via Estado. Isso acontece pelo fato da classe trabalhadora marcar uma maior participação nas lutas políticas, fazendo com que o Estado atuasse sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas no cotidiano e vida da classe trabalhadora.

O Serviço Social surge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade, instrumento esse que deve modificar-se, constantemente, em função das características diferenciadas da luta de classes e/ou das formas como são percebidas as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo. Estas sequelas se manifestam, também, por uma série de comportamentos “desviantes” que desafiam a Ordem. Em face do crescimento da miséria relativa de contingentes importantes da classe trabalhadora urbana, o Serviço Social aparece como uma das alternativas às ações caritativas tradicionais, dispersas e sem solução de continuidade, a partir da busca de uma nova “racionalidade” no enfrentamento da questão social. A procura de maior eficiência no tratamento dessa questão consubstancia-se, também, na solidificação do Serviço Social como instituição, intimamente vinculado ao crescimento do aparelho do Estado, no sentido de criação de “braços que avançam para dentro da sociedade civil” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2009, p. 19).

Segundo Iamamoto (2009), a questão social é fundante, base do serviço Social como especialização do trabalho, intrinsecamente ligada com o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura onde a apropriação dos bens socialmente produzidos fica nas mãos de uma parcela da sociedade, monopolizada.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p. 77).

A profissão tem nas chamadas “expressões da questão social” sua base interventiva. Questão social se refere às mazelas sociais, causadas pelo antagonismo das classes sociais, pela má distribuição/concentração da riqueza socialmente produzida -onde um pequeno grupo de indivíduos/classe dominante, mantem e concentra grandes poderes em detrimento de um número expressivo de cidadãos que vive em extrema miséria, desprovidos de serviços

essenciais e à mercê de um sistema que, para manter a ordem tal qual é, naturaliza a pobreza e a torna necessária para garantir seu ideário privatista/neoliberal, isto é, a ideologia dominante. Iamamoto (2009) enfatiza que a “questão social” está presente em todas as áreas do cotidiano, no ambiente de trabalho, na saúde, nas escolas, entre outros, uma vez que todas estas esferas são conformadas pelo e a partir do modo de produção capitalista.

O serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população. A população se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2009, p. 79).

Iamamoto e Carvalho (2009), caracterizam a profissão como uma tecnologia social, e o assistente social como o técnico que por meio e, a partir de mediação, realiza sua atuação através dos serviços sociais:

São serviços a que tem direito todos os membros da sociedade na qualidade de cidadãos, mas são serviços que vêm suprir as necessidades daqueles cujo rendimento é insuficiente para ter acesso ao padrão médio de vida do “cidadão”; são, portanto, a esses efetivamente dirigidos e por eles consumidos predominantemente. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2009, p. 91).

Conforme Yolanda Guerra (2007) os profissionais tem na instrumentalidade um meio de articular, pensar as ações instrumentais do exercício profissional crítico e competente, a instrumentalidade permite mediação, também a reflexão do movimento contrário, submetendo as particularidades da dinâmica da sociedade à compreensão. A partir da lógica particular do exercício profissional, a instrumentalidade é o espaço onde a cultura profissional se movimenta.

O Serviço Social está inscrito na divisão sócio técnica do trabalho, é uma profissão que se organiza através de três dimensões: teórica e metodológica; ética e política; e, técnico e operativa. A profissão tem como aparatos normativos gerais a Lei nº 8662, de maio de 1993, que estabelece as competências e atividades privativas do assistente social e o Código de ética profissional de 1993, sendo que ambos os documentos são o suporte para as bases do projeto

ético político dos assistentes sociais vigente, hegemônico, e que se encontra em constante construção e tensionamento.

Nesse sentido, é relevante destacar os princípios fundamentais do código de ética:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 23)

Segundo Iamamoto (2009) o código de ética do Serviço Social é um documento que tem como função dar ‘um norte’ aos profissionais. É um meio de iluminar os caminhos nas ações cotidianas, através de alguns compromissos acordados pelos assistentes sociais, pela profissão enquanto sujeito coletivo.

Considerando isso, aponta-se para a importância deste documento e enfatiza-se que o mesmo não pode ficar esquecido, mas sim, ser utilizado diariamente para dar concreticidade à luta que o Serviço Social se alinha, colocando-se enquanto profissão que vislumbra a construção de uma sociedade mais igualitária, democrática e com justiça social. Por isso, é preciso se apropriar e referenciar, e materializar tais premissas nos espaços ocupacionais.

Assumir a defesa intransigente dos direitos humanos traz, como contrapartida, a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio. Requer uma condução democrática do trabalho do Serviço Social, reforçando a democracia na vida social. Afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade já efetiva. (IAMAMOTO, 2009, p. 77).

Como exposto, o Serviço Social assume um caráter interventivo e crítico, perspectivas esta que vem desde a década de 1970, 1980 consolidando o compromisso desses profissionais pela luta dos direitos da classe trabalhadora e na perspectiva de contribuir na construção de uma nova ordem societária.

Conforme Netto (1999, p. 1):

Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando *projeto ético-político*.

Pode-se dizer que o Serviço Social é uma das poucas profissões que se pauta por um projeto coletivo e hegemônico. Ainda, de acordo com Netto (1999), os projetos profissionais representam a auto imagem da profissão, os valores que a delimitam ética e politicamente. A atuação do profissional é pautada mediante as normas postas e defendidas pela categoria. O projeto político do Serviço Social tem suas prerrogativas delineadas muito claramente no código de ética e na lei 8862/93 que regulamentam a profissão.

Desse modo, o projeto eticopolítico é expressão da autoimagem da profissão, ao orientar para a construção da direção social para a profissão e ao emanar uma concepção de Serviço Social, seus limites e possibilidades, bem como a imagem da profissão que os assistentes sociais constroem por meio do seu trabalho cotidiano. (LANZA; TORRES, 2013, p. 206).

Nessa mesma perspectiva, é relevante mencionar também a Lei de Regulamentação da profissão, lei 8662 de 1993, que dispõe sobre os direitos e deveres do assistente social. O artigo 4º dessa lei estabelece as competências do assistente social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 44).

No artigo 5º são apresentadas as atribuições privativas do assistente social:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 46).

Os incisos dispostos na lei de regulamentação da profissão demarcam o trabalho desse segmento profissional, através de programas e ações que englobam as políticas públicas.

Mediante o contexto do Serviço Social enquanto profissão e as leis que a regem é imprescindível retratar como se dá o exercício profissional dos assistentes sociais junto e, a

partir, da intervenção público-estatal, ou seja, vinculado à um Estado de molde neoliberal, que tem como foco principal priorizar o mercado, as políticas econômicas e privatistas em detrimento das políticas sociais, o que o conforma enquanto instância máxima para o capital e mínima para o social.

Conforme Lanza e Torres (2013), a atuação da categoria se pauta por uma ação de intervenção de cariz investigativo, que através do acúmulo teórico, da pesquisa, da leitura crítica da realidade, permite ao profissional uma visão política, de forma que sua atuação está ligada à execução e avaliação de programas e políticas sociais, bem como, na criação e controle das mesmas, na defesa de uma sociedade mais justa, na ampliação dos direitos da classe trabalhadora, evidenciando-se assim, o caminho que a categoria profissional percorre e carrega na luta pelo fim da desigualdade social.

O assistente social é o profissional que tem seu agir vinculado e, a partir das expressões da questão social, que, como já explicitada por Iamamoto (2009), é a manifestação da desigualdade, da exclusão social, das relações contraditórias do mercado com o social, da contradição Capital X Trabalho, e as implicações e consequências desse contexto na vida população/classe trabalhadora.

Segundo Iamamoto, (2009, p. 41):

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos.

Nesse sentido, o exercício profissional do assistente social é carregado, marcado e conformado por limites e possibilidades. O profissional carrega consigo um acúmulo crítico, teórico, interventivo que tem como bases as leis que regem a profissão e o código de ética, para fazer frente a tal contexto e dar respostas às demandas que a ele chegam.

O profissional assistente social, como parte integrante da classe trabalhadora, vende sua força de trabalho mediante recebimento de um salário. Partindo do pressuposto de que o Serviço Social se põe no contexto de luta com valores éticos e de liberdade, o profissional, através de seu conhecimento acerca da realidade pode/deve criar meios de desencadear um maior envolvimento dos sujeitos, de que estes se tornem sujeitos capazes de reivindicar acerca de seus direitos, e buscando dessa forma, alterar o meio em que vivem. Com essa prática,

entende-se que se pode contribuir significativamente na materialização do projeto ético político da categoria.

Considerando este contexto, sobre os desafios da atuação do assistente social atualmente, é relevante explicitar que este deve:

Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2005, p. 20).

Considerando as transformações societárias e do cotidiano, é imprescindível que o profissional compreenda e analise de forma crítica a realidade posta, para poder contribuir em uma melhor execução das políticas e serviços prestados aos usuários, pautando-se sempre, por uma postura ética e de justiça social.

Enquanto parte da classe trabalhadora, os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, vem sofrendo ataques assim como os de outras profissões. Tal contexto é devido ao corte de gastos direcionados para a parte pública que rege e atende a sociedade, a classe trabalhadora. Assim, como demais categorias profissionais, o Serviço Social vem sofrendo com a precarização do mercado de trabalho, que inclui contratos flexíveis e precários, terceirização, baixos salários, dentre outros ataques aos direitos trabalhistas. Ainda, é preciso considerar, que as políticas sociais, cada vez mais, são conformadas pela lógica da focalização e seletividade, o que impõe expressivos limites ao exercício e cotidiano profissional do assistente social.

Em suma, o profissional depara-se com limites e possibilidades que permeiam sua atuação. Além, e imbricado aos limites político-ideológicos, é um trabalhador assalariado, que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver.

De acordo com Carvalho e Iamamoto (2009) podemos concluir que o assistente social é um profissional que é demandado pelo Estado capitalista para atuar, intervir junto à classe trabalhadora. O seu agir está direcionado ao controle social na difusão dos ideais das elites dominantes. Nesse contexto, o profissional localiza-se, via mediação profissional e dos serviços sociais, de forma a favorecer as condições da reprodução da força de trabalho. Percebe-se, portanto, que a profissão traz consigo a reprodução da luta de classes e o caráter contraditório da sociedade capitalista, uma vez que atua em um contexto que preconiza a garantia dos meios de dominação do capital, mas também, ainda que por vezes

subordinadamente, dando respostas e agindo em favor da classe trabalhadora, atendendo as necessidades das massas exploradas. Assim, é essencial compreender a contradição da prática desses profissionais no cenário contemporâneo.

## **1.2 O Estado e a intervenção nas expressões da questão social**

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2009, p. 125).

Sobre a questão social, Carvalho e Yamamoto (2009), afirmam que seu desdobramento está relacionado com as formações das classes operárias e sua entrada no cenário político, buscando reconhecimento de seus direitos pelo Estado, onde entram em jogo os interesses da classe trabalhadora.

De acordo com os autores, a questão social começa a emergir na sociedade a partir do momento que a classe trabalhadora se une para lutar por melhores condições trabalhistas, sendo que a luta destes está intimamente ligada ao processo de acumulação do capital. A conformação do Capitalismo no cenário brasileiro apresenta particularidades visto seu caráter de dependência ao capital internacional, acentuando ainda mais a exploração da força de trabalho.

A questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas. (IAMAMOTO, 2013, p. 330).

Os autores relacionam a questão social com a luta de classes, a partir do momento que a classe operária tem uma consciência política de organização, quando se reconhecem enquanto classe a que pertencem. Esse movimento de reconhecimento pressiona o Estado para que tome providências e procure atenuar as causas das manifestações políticas. Dessa forma, as políticas sociais e a atenção voltada à classe trabalhadora são também condicionadas pelo ideário burguês de dominação, ou seja, são de caráter ideológico.

[...] em uma sociedade assentada na exploração de poucos sobre muitos, como é a sociedade brasileira, as políticas de corte social, ao regularem as relações sociais, não só favorecem a acumulação e oferecem bases para a legitimação do Estado, como reproduzem a dominação (YAZBEK, 2009, p. 29).

Iamamoto (2009) ao se referir ao Estado e sua função, o descreve como esfera que exerce o controle político de uma sociedade mediante conjunturas históricas específicas. É a instância na qual as elites dominantes são privilegiadas e mantém a sua ideologia como hegemônica, isso em contexto de vida e organização societária em classes com interesses antagônicos. A autora ainda conclui que a instância, está intimamente relacionada com o termo dominação, e que gere os interesses contraditórios de uma nação.

Nessa mesma perspectiva, (NETTO, 2007, p. 142) afirma que:

Nas sociedades em que vivemos – vale dizer, formações econômicas sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista – pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas.

No modo de produção capitalista pobreza e desigualdade, manifestações empíricas e cotidianas da exploração da força de trabalho, fazem parte do processo de acumulação do capital. Essa dinâmica naturalizada pelas classes dominantes, explicita as mazelas que a população brasileira vivencia diariamente e historicamente, e que vem se complexificando cada vez mais. No Brasil essa relação se faz de forma peculiar. Aqui a transformação ocorre como afirma Iamamoto (2010), de forma retrógrada, O moderno se faz, se constrói por meio do arcaico.

O capital financeiro impõe sua lógica de incessante crescimento, aprofunda desigualdades de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Nesse contexto, a “questão social”, indissociável da exploração, desigualdade e pobreza, expressa a banalização da vida humana, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias de trabalhadores e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres, trabalhadores excedentes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2013, p. 332).

Na América Latina, conseqüentemente no Brasil, a economia é ditada de cima para baixo. Conforme explicitado abaixo:

É observado e refletido, desde a década de 1980, a partir do movimento geral da economia mundial, expressivo aumento, da superexploração da força de trabalho, o que ocasiona o agravamento das condições de vida das massas na América Latina e, conseqüentemente, também no Brasil, situação está que expõe a estrutura desigual do capitalismo, trazendo à tona e acentuando situações estruturais como pobreza, miséria, violência, fome, desemprego, entre outras. (BERTOLLO, 2014, p. 205).

De acordo com Iamamoto (2010) a Revolução Burguesa no Brasil é marcada pela anti democracia. A vida nacional, as decisões políticas no que tange ao funcionamento da sociedade Brasileira tem sido estabelecidas por ordens “de cima para baixo” e conseqüentemente pela exclusão das classes mais pobres, subalternas, que no contexto sócio histórico ficam destituídas da cidadania política e social, premissas essas estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

[...] ao se apelar para a noção de ‘Revolução Burguesa’, não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado dos povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e porque se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se originou a modernização como processo social. (FERNANDES, 1975, p. 20-21).

No Brasil as situações se processam em um cenário diferente ao dos países do centro capitalista. A elite europeia ao adentrar o cenário brasileiro carrega um caráter elitista e antidemocrático. A transição para o capitalismo monopolista aprofundou as desigualdades sociais, favorecendo o mercado financeiro e, como consequência disso, tem-se uma redução de investimentos no que tange ao provimento e funcionamento de uma sociedade democrática.

Segundo Iamamoto (2010, p. 131):

No país essa transição não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada à construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo. Ao contrário, ela foi e é marcada por uma forma de dominação burguesa que Fernandes qualifica de “democracia restrita” --- restrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia. O País transitou da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático. Esse processo manteve e aprofundou os laços de dependência em relação ao exterior e ocorreu sem uma desagregação radical da herança colonial na conformação da estrutura agrária brasileira.

Em suma, conforme explicitado por Iamamoto (2010), no Brasil, a expansão do capitalismo monopolista, de um lado mantém a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do cenário da sociedade brasileira. Complexifica e aprofunda as questões

econômicas, sociais e regionais. Provoca uma dominação política anti democrática, de cunho contra revolucionário. O Estado, atua de forma decisiva na junção dos interesses das frações e classes dominantes, também impondo seus interesses, valores para toda a sociedade.

O papel do Estado, com explícito caráter de classe, nesse processo é primordial para a manutenção de reprodução da ordem posta. Se configura em instrumento de reprodução dos interesses da classe dominante e impõe os valores e ideais destas na sociedade, com isso, a intervenção estatal, no que tange ao provimento de melhorias à classe trabalhadora, o que implica ações de cunho social, tende a diminuir drasticamente.

Sobre o Estado Nacional, Fernandes (1975, p. 68) afirma que:

Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estatal no plano político, tratava-se de um estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais. Enquanto fonte de garantias dos direitos fundamentais do “cidadão”, agência formal de organização política da sociedade quadro legal de integração ou funcionamento da ordem social, tratava-se de um Estado nacional liberal e, nesse sentido, “democrático” e “moderno”.

Nos países Latino-Americanos, como é o caso do Brasil, o capitalismo é introduzido sem romper com as amarras do passado, com o tradicionalismo colonial. Se instaura antes mesmo da constituição do mercado competitivo o que possibilita uma particularidade histórica ao país. Esse processo culminou com a configuração de um contexto de dependência econômica, cujo fundamento é a superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora, na concentração e má distribuição da riqueza socialmente produzida. (Oliveira; Vasquez. 2010)

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo de acumulação na economia industrial se desloque da produção da mais valia-absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se à fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...] (MARINI, 2005, p. 144).

Conforme Oliveira, Vasquez (2010, p. 157) O Estudo da Revolução Burguesa no país, evidencia as particularidades do caráter do capitalismo dependente, entre elas:

a) a influência do passado colonial na formação da sociedade brasileira; b) o descompasso histórico entre as transformações internas e as imposições da economia mundial, que implica um processo de sobreposição de estruturas políticas, econômicas e institucionais inacabadas; c) os constrangimentos impostos a uma economia duplamente articulada, com o setor externo e o setor arcaico interno, indicando o caráter heteronômico da economia nacional; d) a falta de interesse político, mais do que incapacidade, das elites locais transbordarem os benefícios da ordem social competitiva para o conjunto da população, sob a forma de equalização de oportunidades e redistribuição de renda e poder; e) o caráter híbrido, heterogêneo e polarizado de uma economia subdesenvolvida, donde a simbiose entre o arcaico e o moderno irrompe o plano econômico e determina o perfil do político tradicionalista brasileiro; f) a apropriação do Estado por uma elite particularista e classista, que não transcende o individual e que tem por finalidade definir e perpetuar os ganhadores (poucos) e perdedores (a maioria) na sociedade; g) o caráter dialético das relações sociais, econômicas e políticas engendradas pela condição de capitalismo dependente, que colocou às claras os verdadeiros “donos do poder” em 1964: quando a “revolução dentro da ordem” passou a se mostrar insuficiente para articular as diferentes classes em prol de um interesse minimamente coletivo, as forças conservadoras logo trabalharam no sentido de tolher o movimento, sob a forma de opressão e violência, impondo o exercício autocrático e armado do poder.

Assim como pontua Paiva (2011), o país carrega consigo marcas históricas que envolvem a concentração de poder, do latifúndio, da superexploração da força do trabalho, trabalho infantil, da escravidão, dentre outras formas que imprimem um padrão de vida degradante de sobrevivência das pessoas, onde cidadania e dignidade, previstas na Carta Magna de 1988 se tornam apenas premissas mediante a adoção do país ao sistema neoliberal.

É nesse e a partir desse contexto histórico, social, político, econômico e cultural que se dá o exercício profissional do assistente social ao que se refere a responder as expressões da questão social por meio da intervenção público estatal. No próximo item serão apresentadas considerações sobre a política de assistência social. Política esta, que historicamente é campo de intervenção do Serviço Social, e que no tempo presente, apesar dos avanços legais e normativos, se põe como um quadro repleto de desafios. Contexto este que será explicitado ao longo deste estudo.

### **1.3 - A Política de Assistência Social no Brasil: Da Constituição Federal ao SUAS, e sobre o exercício profissional do Assistente Social nesta política**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias,

promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

A Constituição Federal de 1998 foi um marco para a classe trabalhadora brasileira. Conforme o Art. 6º desta lei: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). O documento foi um instrumento que garantiu, em termos da lei, a dignidade, a cidadania de todo sujeito assegurando-lhe as necessidades mínimas de sobrevivência com intuito de eliminar a pobreza e a marginalização através da proteção social.

Na Carta Magna a política de assistência social é reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, ou seja, ela sai do campo da benemerência, da ajuda e se integra ao tripé da Seguridade Social juntamente com as políticas da previdência social e da saúde.

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, Lei nº 8.742, 1993).

O Artigo 3º da Carta Magna explicita que: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.” O mesmo artigo também demarca a importância e o dever do provimento desta política social pelo Estado.

Em 7 de Dezembro de 1993 a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) é promulgada. Esta lei surge para dar mais concreticidade à Constituição de 1988 uma vez que regulamenta os artigos 203 e 204 que dispõem sobre a assistência social pública.

Segundo Negri (2011), a lei regulamenta os artigos dispostos na Carta Magna de 1988, conferindo-lhe caráter de política pública e com isso, faz surgir um novo estatuto, o de política pública de direito de todo cidadão brasileiro.

Com a LOAS a política de assistência social teve sua concepção transformada, avançando na superação de sua percepção assistencialista, passando para o campo da política pública de responsabilidade do Estado. Isso ocorreu através das estratégias da descentralização político-administrativa, da instituição do comando único e na constituição dos Conselhos, Conferências, Fóruns, Planos e Fundos, promovendo o controle social sobre a política de assistência social. (NEGRI, 2011, p. 110).

Mesmo com os avanços no que se refere ao seu reconhecimento enquanto política social pública, regulamentada na Constituição de 1988 e na LOAS, a assistência social foi,

durante um longo período, desconsiderada pelo Governo brasileiro, compreendendo ações descontínuas entre os órgãos governamentais e órgãos não governamentais – ONGS. Não havia padrão para execução dos programas, serviços e projetos nesta área, o que tornava sua efetivação livre e de forma descontínua, favorecendo assim ações clientelistas, paternalistas. Negri (2011)

É somente em 2004 que é elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), regida pelos seguintes parâmetros democráticos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Posteriormente, em consonância com a PNAS, tem-se a criação do SUAS, que foi deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003. Tal sistema único apresentava-se como um requisito da LOAS para dar mais concreticidade à assistência social como política pública, ressignificando assim sua conformação e operacionalização, uma vez que preconizava um sistema descentralizado e participativo, como compromisso do Estado e suas instâncias nos diferentes âmbitos de governo. Pode-se explicitar que

A PNAS, que é um documento normatizador das ações de assistência social, Resolução nº 145 de 15/10/2004, promove principalmente a defesa e a atenção aos interesses e necessidades às pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, cabendo a mesma, ações que promovam a prevenção, a proteção, a promoção e a inserção social, como também um conjunto de garantias e seguranças. (SANTANA; JESSICA; VALDIANARA, 2013, p. 3).

A PNAS 2004 tem como intuito, conforme disposto em seu texto: “[...] incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.” (PNAS 2004, p. 13)

Assim, a PNAS e posteriormente o SUAS, tem como objetivo legitimar os preceitos dispostos na Constituição Federal de 1988 e os da LOAS. A PNAS associa diretamente as

demandas da sociedade como dever do Estado, com caráter político, contribuindo a efetivação da assistência social como direito de todo cidadão brasileiro.

Nessa mesma perspectiva, a materialização do SUAS, é um marco importante para esta política social, pois materializa e explicita uma nova forma de operacionalização do direito sócio assistencial no país.

O Sistema Único de Assistência Social, em construção no país, é a materialização de uma agenda democrática cuja biografia tem raízes históricas nas lutas e contradições que compõem esse direito social, que foram e são objeto da atenção de intelectuais, da atuação de militantes e da ação de trabalhadores sociais em todo o país. Esse processo histórico de alguma duração, perto de quatro décadas, continua a requisitar muita atenção, já que aparece como referência para a montagem da nova condição da política de assistência social em curso. Esta justa “retrovisão” assessora o enfrentamento dos desafios colossais que envolve o projeto e o processo desse inédito sistema e garante a manutenção do seu compromisso central, que é solapar o flagrante desmonte do sistema de direitos sociais arduamente conquistados, que andava em curso no Brasil até 2003. (LOPES, 2006, p.77).

O percurso de instituição, consolidação e efetivação da PNAS e do SUAS demonstra, os avanços e retrocessos pelo qual a política de assistência social é conformada, isso em um contexto em que o Estado possui explicitamente uma posição a favor da classe que se põe como dominante, que, como exposto anteriormente, é baseado na perspectiva de desmonte dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora. Resultando do contexto de luta de classe, as políticas sociais, conseqüentemente a assistência social, carregam consigo um ideário democrático de direitos e tem no seu histórico, bem como no atual cenário de governo, muitos desafios para sua efetivação, apesar das conquistas legais e normativas.

Considerando a PNAS, é relevante explicitar a NOB-SUAS 2005 - Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005, uma vez que tal normativa:

disciplina a operacionalização da gestão da política de assistência social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle desta política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos. (NOB/SUAS, 2005, p.12)

De acordo com a NOB SUAS (2005, p. 86): “O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.”

Conforme Negri (2011, p.114):

A política de assistência social, através do instituído na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social de 2004 e no Sistema Único de Assistência Social, estabelece um sistema de proteção que busca garantir acesso a segurança e garantias sociais, complementando as outras políticas sociais a exemplo, da saúde e previdência. Somente a assistência social, não poderá oferecer proteção social, é no âmbito da seguridade social (saúde, assistência social e previdência) que será possível consolidar uma rede de proteção social.

A proteção social por meio da assistência social abrange um conjunto de ações tais como: benefícios, programas, projetos e serviços, que são oferecidos pelo SUAS e objetivam a redução e prevenção das vicissitudes sociais e naturais e tem na defesa à dignidade humana e dos vínculos familiares, como setores básicos de sustentação afetiva, biológica e de relacionamento. NOB/SUAS (2005).

Parcela significativa da população se encontra, pelo contexto histórico, em situação de miséria, violência, pobreza, entre outras mazelas geradas pelo processo de acumulação capitalista, o que conforma a proteção social, no seu contexto contraditório, como algo funcional e instrumento do capitalismo no que se refere à reprodução da força de trabalho, mas também, como resultado da organização e luta da classe trabalhadora, possibilitando e resultando em um campo de ação direcionado aos indivíduos que dela necessitam.

Considerando este contexto, a política de assistência social está organizada via PNAS e SUAS em níveis de proteção social, sendo: básica, média e de alta complexidade.

A proteção social básica se preocupa, isto é, tem a função de prevenir que os laços familiares e comunitários sejam rompidos. Ela é destinada aos usuários que se encontram em situações de vulnerabilidade social, seja por falta de rendimentos, por exclusão de gênero, étnica, dentre outras.

Na proposta do SUAS a proteção social básica, consolida-se com a definição da territorialidade da intervenção, cria os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme a PNAS (2004, p. 35) com o objetivo de “organizar, coordenar a rede de serviços sócio assistenciais locais [...] o CRAS atua com a família e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio familiar e comunitário”, tornando-se a porta de entrada dos usuários da política de assistência social. Com o processo organizativo da gestão política, a potencialização de uma rede de proteção social torna-se uma possibilidade real, propiciando uma

política de assistência social que amplia a cidadania e possibilita a garantia dos direitos sociais. (NEGRI, 2011, p. 119).

Compreende-se portanto, que o CRAS é a ‘porta de entrada’ do SUAS. Este equipamento que também é conhecido como a ‘casa das famílias’ é um dos lócus de trabalho do assistente social na viabilização de direitos da classe trabalhadora.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio assistenciais locais da política de assistência social (PNAS, 2004, p. 36).

O trabalho do assistente social neste espaço é amplo, com inúmeras demandas e possibilidades de atuação que vão desde o processo de escuta dos usuários, realização de atendimentos individuais e grupais, realização de visitas domiciliares, de rodas de conversas, acompanhamento das famílias via serviços, articulação com a rede sócio assistencial à outras ações.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (PNAS, 2004, p. 36)

A partir destas considerações sobre a política de assistência social brasileira, considera-se que temos um avanço no que se refere ao seu caráter de política pública, uma vez que suas origens no mundo e no Brasil estão calcadas na ajuda, filantropia e na solidariedade da igreja. Desde a adoção/opção do Estado Brasileiro, por meio de seus governos, ao modelo neoliberal de entendimento, condução e operacionalização das políticas públicas, pode-se afirmar, segundo Vianna (2008, p. 122) que “o sistema de proteção social no Brasil continua universal na letra da Lei. No entanto ganha cada vez mais foros de unanimidade a ideia de que a política social é, por excelência, algum tipo de ação voltada para os excluídos (os pobres) e, por definição, focalizada.”

Em suma, pode-se dizer que o capital, e as suas personificações da classe dominante, naturalizam as mazelas sociais enquanto um constitutivo da sociedade em vigência. Se exime

de que é o elemento causador do pauperismo, bem como das desigualdades sociais decorrentes da exploração da classe trabalhadora. Objetivando manter este sistema e a ideologia que o sustenta, assume-se o ideário neoliberal que deforma tendendo a anular a prerrogativa de que a proteção social, o direito sócio assistencial, são direitos da população brasileira.

É nesta perspectiva que será abordado, no próximo capítulo, o exercício profissional do assistente social na operacionalização desta referida política social, no CRAS Cabanas em Mariana-MG.

## Capítulo 2

### O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS CABANAS EM MARIANA - MG

O capítulo 2 tem como percurso de estudo e explicitação as características sociais, geográficas e econômicas do Município de Mariana - MG, uma vez que tal compreensão nos possibilitará uma melhor apreensão de como a Política de Assistência Social é organizada, de como os trabalhadores do SUAS, em especial os assistentes sociais que ocupam os CRAS, especialmente o CRAS Cabanas, nosso Locus de estudo, exercem suas atribuições profissionais mediante a atual conjuntura econômica e social do país e do município. Também explicitará que o Estado através das contrarreformas prioriza os contratos trabalhistas flexíveis, polivalentes, e demonstrará como os profissionais se portam diante de tal situação, mediante e a partir do que se refere às leis que regem a profissão e como parte da classe trabalhadora superexplorada deste país. O presente capítulo também expõe os dados coletados na pesquisa de campo realizada juntamente às assistentes sociais, afim de propiciar uma reflexão crítica e teórica com o conteúdo deste estudo como um todo.

O município de Mariana situa-se na vertente sul da Serra do Espinhaço, na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, conhecida como Quadrilátero Ferrífero, a 697 metros de altitude.

Faz limite com os municípios de Ouro Preto, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Acaiaca, Piranga, Catas Altas e Alvinópolis. Tem distância de cerca de 12 km de Ouro Preto e 110 km de Belo Horizonte.

Situa-se na Bacia do Rio Doce, banhada pelo Rio do Carmo, que possui dois afluentes: Gualaxo do Norte e Gualaxo do Sul. A altitude máxima chega a 1.772 m no Pico do Itacolomi. (Prefeitura de Mariana, 2018).

O Município de Mariana<sup>1</sup> é a primeira Capital de Minas Gerais, a cidade carrega consigo um contexto histórico, religioso, artístico e marcado pela extração de ouro. A

---

<sup>1</sup> “Em 1945, Mariana recebe do presidente Getúlio Vargas o título de Monumento Nacional por seu “significativo patrimônio histórico, religioso e cultural” e ativa participação na vida cívica e política do país, contribuindo na Independência, no Império e na República, para a formação da nacionalidade brasileira.

Todo ano, em 16 de julho, Dia de Minas, o Governo do Estado de Minas Gerais instala-se na cidade, realizando cerimônia alusiva na Praça Minas Gerais que, pela harmonia e beleza plástica de seus monumentos, é um expressivo conjunto urbano da Minas colonial.

Tudo isso faz da “primeira de Minas” um dos municípios mais importantes do Circuito do Ouro e parte integrante da Trilha dos Inconfidentes e do Circuito Estrada Real. Uma cidade tombada em 1945 como Monumento Nacional e repleta de riquezas do período em que começou a ser traçada a história de Minas Gerais.” (Prefeitura de Mariana 2018).

mineração é a principal atividade que gere a economia e os empregos da cidade. (Prefeitura de Mariana 2018).

Mariana-MG, é uma cidade histórica<sup>2</sup>, os traços coloniais das ruas, igrejas, museus atraem muitos turistas, o que contribui significativamente para o comércio da cidade, além da mineração, movimentando a economia. A cidade faz parte do Quadrilátero Ferrífero, que pode ser definido como:

Uma estrutura geológica cuja forma se assemelha a um quadrado, perfaz uma área de aproximadamente 7000 km<sup>2</sup> e estende-se entre a antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto a sudeste, e Belo Horizonte, a nova capital a noroeste. É a continuação sul da Serra do Espinhaço. Seu embasamento e áreas circunvizinhas são compostos de gnaisses tonalítico-graníticos de idade arqueana (> 2.7 bilhões de anos). (ROESER; ROESER, 2010, p. 33).

Segundo dados do Censo demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mariana - MG possui uma área territorial de 1.194,208 Km<sup>2</sup>. A população no ano de 2010 era de 54.219 habitantes (26.583 homens e 27.636 mulheres). Deste total, 6.577 viviam na área rural e 47.642 viviam na área urbana do município, o que gera uma estimativa de densidade geográfica de 45,40 hab/km<sup>2</sup>. Para o ano de 2015, a estimativa era que o município tivesse uma população de 58.802 habitantes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016 apud Bertollo 2018. p. 154).

Ainda, segundo dados do censo demográfico IBGE 2010, o total de pessoas em situação de extrema de pobreza em Mariana-MG era aproximadamente de 2209 pessoas, sendo que destas, 486 se referiam à população de 0 a 9 anos de idade, 246 se referiam à parcela de 18 a 24 anos e, 48 à população de 60 anos em diante. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018).

É importante retratar acerca da população empregada no município. Em 2016 a média dos salários das pessoas com vínculos formal de emprego era de 2,5 salários mínimos. A

---

<sup>2</sup> A corrida pelo ouro e outras riquezas minerais criou muitos arraiais mineradores, tão antigos quanto o núcleo inicial que originou Mariana. Com o passar dos anos, nove distritos e muitos povoados ainda preservam sua paisagem setecentista, com o traçado urbano irregular e acolhedor, seu casario, suas igrejas e capelas com altares em talha dourada, revelando os primórdios da arte barroca de inspiração portuguesa. Hospitais, mostram na sua culinária, no seu artesanato e nas festas populares e religiosa a rica expressão cultural de Minas Gerais. A cidade de Mariana possui nove Distritos: Águas Claras, Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Camargos, Bandeirantes (Ribeirão do Carmo), Padre Viegas (Sumidouro), Cláudio Manoel, Furquim, Passagem de Mariana, Cachoeira do Brumado. Clique no menu abaixo e conheça mais sobre cada um deles, além de informações sobre vias de acesso, sub-distritos, atrativos culturais e naturais, artesanato, distância de Mariana, histórico e muito mais. (Prefeitura de Mariana 2018).

proporção de pessoas ocupadas em relação ao número total era em torno de 24%. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

O município de Mariana - MG é considerado uma cidade de médio porte de acordo com os preceitos do censo demográfico IBGE 2010. A população economicamente ativa do município, em agosto de 2010, era de 26.062 pessoas no mercado de trabalho, sendo que 23.528 estavam ocupadas e 2.534 desocupadas, 55% tinham carteira assinada e 15,6% não tinham carteira. Servidores públicos representavam 6,7% do total da população e trabalhadores sem rendimentos 3,9% dos ocupados. Do total das pessoas ocupadas, 4,0% não tinham rendimentos e 39,3% ganhavam até um salário mínimo por mês. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2010).

Acerca de tal contexto,

Reconhecemos que o aumento populacional em Mariana-MG é fortemente influenciado pela mineração extrativista. Tal atividade requisita uma expressiva quantidade de força de trabalho, o que faz com que os indivíduos se desloquem para o município, a fim de vincularem-se ao setor por meio do emprego. O fluxo migratório no município é conformado pelas fases de expansão da atividade minerária e pelas fases de recuo produtivo/econômico deste setor. Assim, requisita-se e repele-se a força de trabalho, o que altera significativamente o contingente populacional. Importante mencionar que são os trabalhadores vinculados às empresas terceirizadas que prioritariamente vivenciam este fluxo migratório. (BERTOLLO, 2018, p. 154).

Assumimos o entendimento de que a atividade extrativista é grande responsável pelo fluxo migratório no município. Empresas como a VALE S.A, BHP Billiton e SAMARCO atuam na região, além disso, muitos postos de trabalho são criados a partir da atuação de empresas terceirizadas a estas mineradoras, o que contribui para a vinda populacional a este território.

A vinda desse contingente populacional à Mariana - MG é fortemente conformada por contratos trabalhistas precários e flexibilizados, ou seja, a maioria destes indivíduos são aceitos e requeridos como trabalhadores terceirizados onde as características provenientes dessa premissa condizem com as precárias condições de emprego que vivenciam no seu cotidiano e vida como: baixos salários, maior exploração da força de trabalho, expressiva requisição de serviços públicos, dentre outros.

Segundo Bertollo, 2018, p. 62:

Defendemos que a superexploração da força de trabalho se posiciona no contexto da mineração extrativista através de diferentes conformações das relações de trabalho,

seja via pagamento de baixos salários, jornada de trabalho intensiva e prolongada, condição de desemprego conforme os ciclos produtivos, terceirização, flexibilização das legislações, baixa remuneração e enquanto fundamento da condição de dependência em que o país insere-se.

Estes elementos acima expostos, dentre outros, conformam a questão social no contexto da mineração extrativista, onde a exploração da força de trabalho é acentuada/agravada gerando, conseqüentemente violência, miséria, dentre outras mazelas que se fazem exacerbadas. Bertollo (2018).

Considerando este contexto e o lócus deste estudo, é relevante explicitar que

A principal fonte de recursos para o município de Mariana (MG), por exemplo, é efetivamente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). De acordo com o prefeito em exercício de Mariana, Duarte Júnior, a mineração é responsável por cerca de 80% da arrecadação municipal (DUARTE, 2015). Em 2015, Mariana foi o município que mais recebeu repasses da CFEM em Minas Gerais, R\$ 106 milhões (DNPM, 2015), correspondentes à arrecadação proveniente de todas as empresas mineradoras com atividades de extração no município. O valor representou, no entanto, 3,7% do lucro líquido da Samarco em 2014, de R\$ 2,8 bilhões, totalmente repassados aos seus acionistas (Vale e BHP Billiton). A Samarco é responsável ainda por 26% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repassado pelo Governo do Estado de Minas Gerais à prefeitura de Mariana (KLEIN; SOUZA; FAÉ, 2014 apud WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p. 42).

O município de Mariana - MG tem na mineração sua maior fonte econômica, ou seja, o desenvolvimento local e regional ao que se refere aos âmbitos social, político, cultural está também condicionado a esse setor produtivo. Por ser a principal fonte de recursos do município, conseqüentemente o coloca em situação de dependência dessa atividade produtiva uma vez que a economia é 80% condicionada pelos recursos minerais.

Além das atividades com a mineração o município é também conhecido como polo universitário. Atualmente é sede de dois Campus da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o Instituto Sociais de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA):

O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) abriga quatro cursos de graduação no campus Mariana. O Instituto destaca-se por sua flexibilidade curricular e por aliar as novas tecnologias à reflexão acerca das relações sociais. Desde sua criação, o ICSA tem como objetivo principal possibilitar uma ampla e adequada formação aos profissionais de Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social. (UFOP, 2018).

E também do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), que oferece as graduações em História, Letras e Pedagogia, em cursos de licenciatura e bacharelado, e cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas de História, Letras e Educação.

Ainda, acerca do lócus deste estudo, município de Mariana - MG, é relevante explicitar que em 05 novembro de 2015, um episódio muda radicalmente o seu cenário social e econômico. Ocorre nesta data o desastre ambiental<sup>3</sup> causado pelo rompimento da Barragem de Fundão da Mineradora Samarco SA. Com a tragédia, os trabalhos da empresa foram embargados por determinação do Ministério Público (MP). Considerando que a atividade extrativista é a maior concentradora da economia local, muitos trabalhadores foram demitidos, seja os diretamente contratados pela mineradora, ou trabalhadores das empresas terceirizadas que prestavam serviços para a Samarco.

As atividades com a mineração na região de Minas Gerais tiveram um grande impacto.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o setor Extrativo Mineral possui 214.070 empregos diretos. (dados de julho/2015). [...]. Segundo dados do Informe Mineral 2º/2014 do DNPM, o setor extrativo mineral gera um efeito multiplicador de 3,6 postos de trabalho sobre a indústria de transformação mineral, ou seja, são 770.652 empregos na cadeia produtiva seguinte. Ao longo de toda cadeia industrial brasileira, o IBRAM apura que este efeito multiplicador ocorre para trás e para frente na cadeia produtiva. Efeito multiplicador de até 13 empregos indiretos ou induzidos; ou seja, quase 2,7 milhões de trabalhadores envolvidos de alguma forma com a atividade de mineração. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p. 10-11).

---

<sup>3</sup> “Os primeiros sinais de que a lama da Barragem de Fundão descia a montanha e avançava pelos rios da região de Mariana eram sonoros. Alguns ouviam um ruído diferente que vinha dos cursos d’água e que se assemelhava a um conjunto de motores ligados ou a uma turbina de avião. Outros, vozes desesperadas que gritavam insistindo para que todos saíssem de suas casas. No povoado de Bento Rodrigues, que ficava a dois quilômetros e meio da montanha, o aviso soou via rádio, quando um grupo de pessoas se aproximou de uma caminhonete da Samarco e ouviu um chamado urgente, avisando que a barragem romperia. Em disparada, alguns subiram para a parte mais alta do local, enquanto outros se apressaram para o povoado na tentativa de avisar aos moradores que corressem e se salvassem. Lá “no Bento”, como os moradores chamam carinhosamente o lugar, a sirene de alerta de desastres nunca tocou.

Em Paracatu de Baixo, que fica a cerca de 70 quilômetros de Bento Rodrigues, ouviu-se antes da lama um helicóptero, no qual os bombeiros traziam a notícia de que a barragem romperia e que a população do lugar tinha dez minutos para subir para os pontos mais altos do distrito. Quando os rejeitos se aproximavam das comunidades, vinha junto deles um odor forte, que foi descrito como óleo, lixo em decomposição ou o cheiro que exala de bois mortos, já apodrecidos. E, ao chegar à região das casas, via-se uma onda de lama e poeira que, em seguida, destruía tudo o que encontrava pela frente. (Atingidos. 2016. p.11)

A quinta-feira de 5 de novembro de 2015, data em que esses eventos ocorreram, marca o início do maior desastre com impactos humanos e ambientais do Brasil. A mistura de lama e metais desceu da Barragem de Fundão, onde eram depositados rejeitos da atividade mineradora da Samarco, empresa controlada pela Vale e pela BHP Billinton. O turbilhão de lama atingiu Bento Rodrigues e seguiu pelos rios Gualaxo do Norte, Piranga e Carmo. Em seguida, inundou o Rio Doce, num percurso que atravessou o território de Minas Gerais, do Espírito Santo e desaguou no oceano. A trajetória da notícia sobre o desastre seguiu sentido parecido. Inicialmente limitada aos presentes nas comunidades do entorno de Mariana, as informações sobre o evento seguiram para os jornais da capital, Belo Horizonte, de onde foram repassadas para veículos de comunicação nacionais e, em pouco tempo, estamparam manchetes internacionais.” (Atingidos, 2016, p.11).

Bertollo (2018) pontua o quanto são expressivas as desigualdades sociais e econômicas no Município e nas regiões onde há mineração. Explicita-se um cenário onde grande parte da renda que os trabalhadores tem acesso é aquela que apenas mantém viva a mercadoria força de trabalho, colocando esses sujeitos na condição de superexplorados e perpetuando assim a realidade de exploração dos homens sobre os próprios homens.

A relação de exploração viabilizada pelo sistema produtivo capitalista legitima não apenas a degradação dos recursos naturais, mas também possibilita a ruína da qualidade de vida e da saúde daquelas e daqueles cuja força de trabalho é essencial para a produção do lucro. Os espaços de reprodução da vida são, portanto, utilizados como instrumentos de dominação do capital, que se apodera, segundo a lógica do lucro e da apropriação privada, dos recursos naturais e dos ambientes de socialização construídos pelas mãos humanas. Entre as inúmeras consequências desse processo, está o adoecimento e a morte do ser humano que trabalha em decorrência da atividade produtiva que exerce. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 198-199).

O cenário social e econômico de Mariana - MG mudou drasticamente desde então. O número de desempregados, as expressões da questão social se acentuaram, a demanda para acesso aos benefícios e programas da Assistência Social aumentaram significativamente. Segundo o atual prefeito de Mariana, Duarte Junior: “A paralisação da Samarco vai representar uma queda de 27% da nossa arrecadação, cerca de R\$ 6 milhões por mês”. (COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS, 2015).

Em suma, após o rompimento da Barragem de Fundão, o município vivencia um contexto de expressiva requisição dos serviços públicos. A saúde, a assistência social e a habitação são políticas sociais fortemente requisitadas. Ao mesmo tempo que o episódio do dia 05 de novembro impactou economicamente o cofre público da cidade criou-se um descompasso muito grande em relação ao atendimento à população usuária da assistência social. Atualmente, os profissionais assistente social do município exerce seu trabalho em condições mínimas, o que implica uma racionalização ainda maior das suas ações no que se refere ao provimento de serviços e benefícios aos usuários. Tal configuração laboral é mais um desafio posto aos profissionais que já lidam diariamente com a precarização do mercado de trabalho.

## **2.2 - A conformação e a execução da Política de Assistência Social em Mariana - MG**

“Instituído pela Lei 12.435/2011, o SUAS segue as diretrizes e os objetivos do direito constitucional à assistência social, regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).” (BEVILACQUA, 2014, p. 288.).

A descentralização político administrativa é uma das premissas já indicadas na Constituição Federal de 1988.

No campo da assistência social, o artigo 6º, da LOAS, dispõe que as ações na área são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, articulando meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas, compostas pelos diversos setores envolvidos na área. O artigo 8º estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei, fixarão suas respectivas políticas de assistência social. (PNAS, 2014 p. 44).

Ainda de acordo com o artigo 11º da LOAS, as operações das esferas de governo devem se articular de forma coordenada, cabendo a coordenação as normas gerais à esfera Federal e a coordenação e execução dos programas, em determinadas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (PNAS, 2004).

Toda articulação, na operacionalização das políticas sociais mediante as esferas do governo são formas de conferir às ações um cunho democrático. Segundo Arretche 2010, a regulação estatal evita fazeres clientelistas carregados de corrupção e imprime o caráter de direito social dos cidadãos.

A Política Nacional de Assistência Social se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial, tendo os mais de 5.500 municípios brasileiros como suas referências privilegiadas de análise, pois se trata de uma política pública, cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios. Essa característica peculiar da política tem exigido cada vez mais um reconhecimento da dinâmica que se processa no cotidiano das populações. (PNAS, 2004, p. 17).

As políticas sociais são planejadas e pensadas mediante análise territorial de cada região, uma forma de compreender as especificidades sociais, econômicas e culturais de cada espaço.

A dinâmica populacional é um importante indicador para a política de assistência social, pois ela está intimamente relacionada com o processo econômico estrutural de valorização do solo em todo território nacional, destacando-se a alta taxa de urbanização, especialmente nos municípios de médio e grande porte e as metrópoles. Estes últimos espaços urbanos passaram a ser produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, da presença

crescente do desemprego e da informalidade, de violência, da fragilização dos vínculos sociais e familiares, ou seja, da produção e reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade. (PNAS, p. 16-17. 2004)

Visto isso, Mariana MG, de acordo com o censo demográfico do IBGE 2010, é considerada um município de médio porte<sup>4</sup>, com sua população estimada em aproximadamente 59.857 habitantes em 2017, ou seja, sua configuração, estrutura e porte serão critérios para destinação de recursos financeiros à operacionalização dos serviços socioassistenciais.

Em relação à operacionalização da Política de Assistência Social no Município compete à SEDESC (Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania), que é a instância representativa e que organiza ou seja, gestora dos serviços dessa política.

O Projeto de Lei de número 65, protocolado em 22 de Junho de 2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município, foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Mariana MG em 11 de Julho de 2017. A lei que rege sobre o Sistema Único no município é a Lei de nº 3.153. Conforme Capítulo 1, artigo 2º da referida lei:

A Política de Assistência Social do Município de Mariana, baseada na Lei nº 8.742 de 1993 e na Resolução nº 33 de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, tem por objetivos:

I - A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b. O amparo às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade;
- c. A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d. A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. (Lei 3.153, 2017, p. 1).

Conforme o artigo 3º:

Esta Lei institui o Sistema Único de Assistência Social de Mariana (SUAS MARIANA), com a finalidade de garantir o acesso aos direitos socioassistenciais previstos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, tendo o município, por

---

<sup>4</sup> “Municípios de médio porte – entende-se por municípios de médio porte aqueles cuja população está entre 50.001 a 100.000 habitantes (cerca de 10.000 a 25.000 famílias). Mesmo ainda precisando contar com a referência de municípios de grande porte para questões de maior complexidade, já possuem mais autonomia na estruturação de sua economia, sediam algumas indústrias de transformação, além de contarem com maior oferta de comércio e serviços. A oferta de empregos formais, portanto, aumenta tanto no setor secundário como no de serviços. Esses municípios necessitam de uma rede mais ampla de serviços de assistência social, particularmente na rede de proteção social básica. Quanto à proteção especial, a realidade de tais municípios se assemelha à dos municípios de pequeno porte, no entanto, a probabilidade de ocorrerem demandas nessa área é maior, o que leva a se considerar a possibilidade de sediarem serviços próprios dessa natureza ou de referência regional, agregando municípios de pequeno porte no seu entorno.” (PNAS, 2014, p. 46.).

meio da Secretaria Municipal de Assistência de Desenvolvimento Social e Cidadania- SEDESC, a responsabilidade por sua implantação, execução e coordenação. (Lei 3.153, 2017, p. 2).

Segundo Bevilacqua (2014), fica sob responsabilidade do município cofinanciar, executar os benefícios eventuais que são aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, dentre outros serviços no âmbito da região, do território. Cabe aos municípios também monitorar, avaliar a política municipal de assistência social.

O Artigo 9º da referida lei municipal se refere à organização dos seguintes tipos de proteção:

I - **Proteção Social Básica**: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - **Proteção Social Especial**: conjunto efetivo de serviços, programas e projetos que tem por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. (Lei 3.153, 2017, p. 4).

Nesse sentido, é relevante explicitar que o Município possui quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), são eles: CRAS Colina, CRAS Cabanas, CRAS Volante Bairros, CRAS Distritos. Estes equipamentos do SUAS atendem a população Marianense. São espaços responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Além dessa estrutura, o município conta com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que é localizado no Centro da cidade e que atende as demandas da proteção social de média e de alta complexidade.

Como exposto, a SEDESC é a secretaria responsável pela organização da política de assistência social do Município. São atribuições desta, conforme o artigo 33:

I - Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos por meio de Decretos previamente aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II - Executar os projetos e programas de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

III - Atender as ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - Prestar os serviços assistenciais de que trata esta Lei;

V - Cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;

VI - Efetivar a gestão do SUAS MARIANA;

VII - Monitorar e avaliar os serviços da gestão pública e as ações das entidades de assistência social desenvolvidas no âmbito do município;

VIII - Providenciar a documentação necessária à certificação das entidades de assistência social, nos termos do Decreto Federal nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

IX - Promover a elaboração de diagnósticos, estudos, normas e projetos de interesse da assistência social;

X - Coordenar as atividades de infraestrutura relativa a materiais, prédios, equipamentos e recursos humanos necessários ao funcionamento regular do SUAS MARIANA;

XI - Articular-se com outras esferas de governo e prefeituras de outros municípios na busca de soluções institucionais para problemas sociais do município e seus distritos;

XII - Articular-se com outras políticas públicas. (Lei. 3.153, 2017, p. 14).

Bevilacqua (2014) retrata que desde os anos de 1990, os municípios assumiram o papel de gestores da política de assistência social nos seus devidos territórios. Tal condição requer organização em âmbito administrativo e financeiro, para maior eficiência dos recursos no atendimento à população.

O município de Mariana - MG, ao receber os recursos destinados à Política de Assistência Social dos entes federais, tem responsabilidade de administrar, de efetivar a gestão local dos serviços e programas. Como já explicitado, a SEDESC é o órgão que administra e organiza as ações, para tanto, é composta por um quadro técnico e específico de profissionais que atuam na gestão.

Segundo os dados do MDS, de agosto de 2018, as estimativas do programa Bolsa Família no Município, eram de aproximadamente 4.979 pessoas, o que representa 24,24% da população total. Este programa tem um benefício médio mensal aproximado de R\$ 246,000. Nesse mesmo período de referência, agosto de 2018, o valor repassado pelo Bolsa família para atender a população Marianense ficou em torno de R\$ 1.225.821,00.

Salvador (2010) retrata a respeito do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conforme ele, 93% em 2006 esteve comprometido com o Bolsa Família. No âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) nos anos de 2006 e 2007, 90% dos recursos foram encaminhados para os pagamentos do Benefício de Prestação

Continuada BPC e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) o que, segundo o autor, só afirma o caráter de políticas focalizadas e compensatórias em detrimento dos programas e serviços socioassistenciais, conforme prevê o SUAS.

As políticas de transferência de renda, focalizadas, são destinadas a categorizar a parcela da população mais pobre, seu caráter de seleção retira a universalidade dos direitos, exclui parcela de pessoas que necessitam dos serviços socioassistenciais, o que vai contra os pressupostos da CF 1988 que prega a universalidade de direitos sendo também um desafio para o SUAS.

Por fim, é relevante mencionar sobre a estruturação da política de Assistência social em Mariana - MG, mais especificamente em relação à Lei 3.153, que no dia 05 de fevereiro de 2018 tive a oportunidade de participar da reunião do NAS e conhecer mais profundamente a realidade dos profissionais que trabalham na política de assistência social do município como se dá o processo de organização, gestão dos serviços.

Naquele encontro havia assistentes sociais e estudantes. A pauta era sobre a Lei 3.153. Esta lei, segundo os profissionais presentes, havia sido aprovada às pressas, sem maior participação dos técnicos que atuam na política e também da população Marianense. Alegaram também, que muitos trabalhadores da política ainda não tinham conhecimento da mesma por ter sido aprovada muito recentemente e abarcar serviços e programas que o Município não oferece na prática cotidiana dos profissionais, ou, quando são prestados, acontecem de forma precarizada, seja por não apresentar equipe especializada, recursos materiais, financeiros, sendo oferecidos de forma precária.

Sobre o contexto de precarização, destacamos que

O combate à precarização exige associar uma resistência ao rebaixamento das funções e salários, bem como à sobrecarga e desvios funcionais, com a sólida construção política e teórica. Nesta empreitada, cabe ainda observar um elemento adicional: a tensa contradição entre a perspectiva da interdisciplinaridade e a perda da especificidade entre os integrantes da equipe do SUAS. O risco da diluição de identidades e de descaracterização dos atributos e competências essenciais de cada trabalhador e seu saber é a face lunar da flexibilização e da precarização tanto do atendimento quanto das realizações profissionais. Equipe multidisciplinar sim, trabalho multifuncional é outra proposta. (CNAS, 2011, p. 21).

Acerca do descompasso entre o que a referida legislação apresenta em seu texto e a realidade do município, destacamos como exemplo, o programa família acolhedora. Programa este que não existe no município e, na lei, consta como premissa. Está presente no artigo 11º,

que dispõe sobre a proteção social especial no município e presente nos serviços de proteção de alta complexidade. (Lei 3.153, 2017).

Outros relatos desse encontro do NAS explicitam questões sobre o orçamento da assistência social. Os recursos financeiros não seriam devidamente distribuídos, o que reafirma ser de extrema importância a participação destes profissionais nos conselhos Municipais, fóruns, na deliberação dos programas. Nesse contexto, a questão do orçamento nas diferentes esferas de governo foi bastante criticada, explicitando uma má distribuição e gestão dos recursos da política de assistência social. A realidade da gestão da política no Município, tem demonstrado que os repasses de recursos financeiros não acontecem de forma a cumprir com o disposto legalmente, precarizando assim, os serviços e a atuação dos profissionais.

### **2.3 - A realidade do exercício profissional do Assistente Social no CRAS Cabanas**

Neste item será apresentada a análise das entrevistas com as assistentes sociais que atuam no CRAS Cabanas. As entrevistas aconteceram no dia 19 de Setembro de 2018, no próprio espaço do CRAS. Foram entrevistadas quatro profissionais, duas no período da manhã e duas no período da tarde. A fim de resguardar a identidade de cada uma das entrevistadas, elas serão denominadas por nomes de pedras preciosas (Esmeralda, Rubi, Jade, Ametista).

A entrevista foi iniciada com questões que explicitam o perfil das técnicas do equipamento.

As profissionais, são recém formadas, o ano em que se graduaram são respectivamente: “Esmeralda, se formou na UFOP em 2016, tem 40 anos, Rubi, se formou na UFOP em 2014, tem 30 anos, Jade, também formada na UFOP em 2014, tem 28 anos e Ametista, formada na Instituição Estácio, através do ensino a distância, se formou em 2017, tem 39 anos de idade.

Questionadas sobre o tempo que possuem de exercício profissional como assistentes sociais pontuaram:

“Então, eu entrei em 2017, um ano e três meses de exercício profissional”  
(Esmeralda).

“É a minha segunda experiência ne, primeiro eu tive um contrato em 2016, pela PRACE, ai foi coisa de três meses apenas, eu falo mesmo que minha primeira experiência profissional é aqui no CRAS ne, é um tempo maior, tem um ano e três meses que eu estou aqui, então, assim, meu estágio foi no CRAS, sou apaixonada no CRAS, gosto muito!” (Rubi).

“Dois anos e meio” (Jade).

“Mais ou menos dois meses” (Ametista).

Todas as quatro tem como formação o bacharelado em serviço social e possuem pretensão de realizar especialização na área.

A técnica Rubi concluiu e apontou a importância de cursos de atualização profissional, recentemente concluiu o curso de atualização profissional ofertado pela UFOP, a assistente social fez algumas colocações importantes e pontuou para que fossem registradas. São estas:

“Eu acho importante, muito importante, porque a gente acaba trazendo novas ideias e é sempre importante, eu só acho que há necessidade nessa questão do curso de atualização ser algo mais atual, não que a teoria não seja importante, é sim, mas olha, até comentei com você uma vez, eu senti assim uma reprodução daquilo que eu vi na academia, na universidade, fui formada na UFOP também e esse curso de atualização que eu fiz na UFOP recentemente, então, assim, eu sentia necessidade de ter né, ah não sei, oficinas específicas pra assistência social sabe, não que a gente deveria menosprezar a teoria, lógico que não, mas acho que tinha que ter esse momento sabe, de juntar, haver uma troca mesmo, por que houve mais uma questão de academia que ela quer trazer pra nós que, que é muito importante, mas eu acho que houve muito sabe, senti falta, acabou pecando nisso, da gente ter um momento de assistência social e saúde e depois haver um momento ampliado sobre o que cada um conversou, realizou, eu acho que faltou um pouco disso, uma troca, igual eu to apaixonada com a reunião com as lideranças, que a gente aos poucos vai descobrindo coisas que pode fazer, ou cada um a sua parte ou cada um se juntando, da muito, muito melhor, e a gente, as vezes, é no serviço ta passando por alguma necessidade que o outro já passou por aquilo ne, igual o curso da UFOP, foi muito bacana porque ampliou, trouxe pessoas de vários lugares e municípios, então assim é uma riqueza que a gente acabou perdendo ne, esse diálogo, esse contato, de haver uma troca de ideias. No curso de atualização da UFOP, eu percebi uma necessidade ne, a falta disso, de ter um momento, sair um pouco da academia, é, porque assim, a academia tem sim muito a trazer pra nós, mas assim a prática também requer outras coisas que as vezes a academia não traz pra nós, como por exemplo vocês não tem uma disciplina obrigatória, na teoria específica pra fazer relatório social ne. Fiquei sabendo aliás que tem a disciplina ofertada como eletiva, é uma eletiva, ai quando você vem, igual eu como também fui formada la, quando você vem no dia a dia pra fazer um relatório, pra aprender você acaba fazendo, é ler relatórios dos colegas pra você ter uma ideia de como é feito pra ter uma ideia de como fazer o seu, não to falando aqui pra se fazer uma oficina sobre isso, digo que tinha que ter um espaço pra priorizar o diálogo entre as equipes ne, que estão ligadas a assistência social, saúde, habitação, que tinha la também ne, e depois a gente sei la fazer um trabalho, alguma coisa daquilo, mas é trazer a teoria pra prática, juntar as duas coisas, tentar traçar novas ideias, pegar novas sugestões, que a teoria tai ne, pra qualquer coisa que precisamos, temos o material, vamos estudar, mas assim a gente tem que aproveitar mais essas trocas sabe, e pontuou: Isso quero que você coloque no tcc” (Rubi).

A profissional retratou que o curso de atualização ofertado recentemente pela UFOP, com início no segundo semestre de 2016 foi muito importante para sua formação e currículo, o que segundo ela poderia ter sido mais explorado, seria a interação profissional das assistentes sociais, ter um debate, estudo, para além do discurso da academia, não menosprezou a questão da teoria mas sentiu falta de debates que envolvam o cotidiano profissional, o curso propiciou a técnica a oportunidade de no seu projeto de extensão, que é a interação com as lideranças comunitárias do bairro Cabanas, um maior conhecimento da população e também um trabalho em conjunto, CRAS e sociedade Civil, seu projeto, segundo ela, tem colhido resultados bastante significativos e satisfatórios. Ainda sobre o projeto pontuou:

“tem meu projeto de extensão ne do curso de atualização, então é a quinta reunião, que a gente ta fazendo, o objetivo dele é reunir as lideranças ne, pra fortalecer o vínculo da comunidade, que é uma atribuição do CRAS, isso também é muito importante porque a gente dialogando com a comunidade, eles veem a limitação né, do município pra atender todas as demandas, e eles as vezes tem algo a oferecer pra população toda e a população não saiba, então tem sido muito interessante porque eles conhecem inúmeros casos ne, que chegam até eles também obviamente e as vezes eles ficam sem saber o que fazer, e aqui a gente tem uma equipe técnica ne que pode ta acompanhando e tal, e a gente sempre fala com eles que a gente não pode trazer tudo pra reunião sobre o que ta sendo feito com as famílias ne, mas assim o que eles estão trazendo nós vamos acompanhando e fazendo o que é possível, igual uma coisa que é bacana e tem acontecido, tem um caso muito delicado que o CREAS também ta acompanhando com a gente, mas já falaram na secretaria que teria liberado material de construção, porém, no momento, a prefeitura, a secretaria não tem a mão de obra, pra fazer essa reforma numa casa, a gente levou isso pra uma reunião com as lideranças aqui do bairro e foi muito bacana por que eles aceitaram a ideia de poder contribuir de alguma forma com as pessoas ali da comunidade, então é uma parceria” (Rubi).

Todas as entrevistadas, tiveram no CRAS Cabanas, a primeira experiência no equipamento do SUAS, a primeira experiência de trabalho na política de Assistência Social, a técnica Rubi, relatou que teve uma breve experiência no seu estágio obrigatório, no CRAS de Cachoeira do Campo, em Mariana - MG.

No que tange a carga horária de trabalho, todas elas, retrataram que cumprem as 30 horas semanais, vez ou outra costumam realizar atividades fora do horário do expediente, seja pelo fato da grande demanda de serviço, como forma de agilizar alguns processos ou até mesmo participar de grupos nas quais são responsáveis, assim como descrito abaixo pela técnica Rubi:

“30 horas, ai meu horário é de 11 horas às 17:00 horas ne, mas as vezes eu faço muita hora extra, porque o que acontece, com relação aos grupos ne, que eu faço,

assim, tem grupo que eu acompanho e não é no meu horário, então eu gosto de estar presente, um exemplo, hoje teve grupo de crianças e adolescentes 10:00 horas da manhã, eu pego as 11:00, então eu priorizo dá uma passada pra ver como é que ta a participação, se o pessoal ta deixando de vir, é bom olhar isso pra gente ir fazendo contato, agora a gente ta com Educadora Social, ajuda muito, ai tem coisas que ela está pegando agora com o tempo mesmo ne, igual essa questão que você viu agora de ter que ligar pra mãe pra avisar que o menino não quis ficar, ai a gente tem que avisar, mas é coisa que a gente vai avançando com o tempo, mas eu faço 30 horas semanais.” (Rubi).

No meu período de estágio no equipamento, pude observar e vale relatar que havia muita resistência de alguns profissionais em supervisionarem estágio curricular, isso devido a várias questões, como falta de infraestrutura, falta de material, recursos, excesso de trabalho, dedicação ao estagiário, e até mesmo por não julgarem necessário no momento, foram pontos que pude observar, atualmente, com a mudança de espaço, visto que o atual imóvel tem uma disposição mais aproveitável, além da técnica Rubi, a técnica Esmeralda estão supervisionando estágios curriculares. Lembrando que no meu período de estágio, a técnica responsável foi a assistente social Rubi.

Questionadas sobre o que compreendem por precarização de trabalho as falas demonstram que todas tem consciência a respeito das contrarreformas imprimidas pelo Estado Neoliberal e o quanto isso reflete no mercado de trabalho, no exercício profissional da classe trabalhadora como um todo e delas enquanto assistentes sociais do CRAS Cabanas. Obtivemos como resposta:

“Nossa, eu acho que a gente vivencia bem isso aqui né, a nossa forma de contratação por exemplo é uma delas, ai tem a nossa forma contratual, a questão de material mesmo pra gente trabalhar, recursos, porque a gente tem o CRAS, tem uma visão do CRAS, mas a gente não consegue efetuar o nosso trabalho, nós temos um contrato que tipo, nós somos contratadas pela prefeitura, pra você ter ideia, de certa forma a gente fica atrelada à política mesmo do município. A política domina essa questão, e tem a questão do rompimento de vínculos né, por que como a gente não é concursada eles mechem muito, e aí a gente não consegue dar continuidade, por causa da rotatividade e a gente não consegue estabelecer um vínculo. Então assim, eu acho assim, tudo isso precariza muito, dificulta que a gente faça o nosso trabalho, igual, aqui você sabe como é, demanda de cesta básica, fica preso aqui pra atender Cesta básica, e as vezes são demandas que a gente já poderia ter olhado antes, porque a gente, nosso serviço é preventivo, mas na verdade a gente só trabalha quando a bomba explode. (Esmeralda)

“A precarização, é, eu também entendo, por exemplo, a grande mudança dos nossos gestores, então você começa a fazer um trabalho hoje e aí aquilo acaba se perdendo porque é, não é que o outro pensa diferente, mas o foco é diferente né, termina as coisas assim, acaba precarizando nosso trabalho mesmo, questão da continuidade, mas eu acho que é isso.” (Rubi)

“Então assim, acho que a falta de estrutura, a autonomia profissional por causa da política, a falta de recurso, então assim, são vários agravantes.” (Jade)

“Então, falta de estrutura, recurso.” (Ametista)

As contrarreformas são um afronte aos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Se perpetuam cotidianamente estratégias de flexibilização do mercado de trabalho que sujeitam a classe trabalhadora a vínculos empregatícios precarizados.

Conforme Negri (2011), com as reformas trabalhistas adotadas pelo Estado Neoliberal, a classe trabalhadora, principalmente os servidores públicos, tiveram seus direitos reduzidos. Sob o pretexto de modernização e agilidade dos serviços, a desregulamentação do Estado propiciou seu enxugamento, não há uma padronização ao acesso de direitos.

Conforme explicitado nas falas, a rotatividade das profissionais no equipamento é recorrente. Essa estratégia utilizada pela gestão municipal, acaba afetando diretamente o exercício profissional das técnicas, uma vez que não conseguem dar sequência aos trabalhos iniciados no CRAS, ao acompanhamento das famílias, enfim, muito se perde com tal medida.

Em relação ao contexto político do Município, ponto que foi explicitado por todas, podemos destacar que os vínculos empregatícios, os contratos são muito precários. Os cargos públicos vem, nos últimos anos, sendo ocupados através de processos seletivos que duram de dois a quatro anos e por cargos de confiança, pessoas com vínculos com a política partidária do Município. A ausência de concursos públicos interfere diretamente nas relações trabalhistas destas profissionais, que muitas vezes se veem sem autonomia para a atuação profissional nos equipamentos do SUAS. Pode-se exemplificar o contexto acima, com a forma contratual das profissionais.

“Eu sou terceirizada né, pela Fundação Renova, não sei nem se é terceirizada ou quarteirizada, rs! (Esmeralda)

“É a gente fala que, a gente brinca que a gente é quarteirizada ne, mas é pela Fundação Renova, e aí a empresa que assina nossa carteira é a empresa Contexto Consultoria, então a gente presta serviço né, ontem mesmo a gente teve reunião, e aí, até então, o nosso contrato é até fevereiro, podendo ser prorrogado pra mais seis meses.” (Rubi).

De acordo com os relatos das técnicas, a empresa contratante não acompanha de perto o trabalho das profissionais, não conhece a realidade que vivenciam no exercício da profissão. As renovações de contratos são sempre incertas, podendo ser ou não dispensadas a qualquer momento. Importa ressaltar que as profissionais possuem este vínculo trabalho a partir da situação do rompimento da barragem de Fundão, em que, a partir de determinação do

Ministério Público, foram contratadas equipes de profissionais, via empresas terceirizadas que prestam serviço à Fundação Renova. Fundação esta que foi criada para coordenar e gerir o processo de ressarcimento dos atingidos no município.

Temos a partir desta condição, o modelo de profissional que é demandado pelo sistema capitalista atualmente, onde não se criam vínculos empregatícios permanentes com os profissionais, como forma de manter um controle maior do trabalhador, uma maior subordinação destes.

No que tange à autonomia profissional, nos dizeres de Yamamoto (2005), o profissional tem que ser capaz de construir propostas de trabalho criativas, criar meios dentro da ordem posta a fim de efetivar os direitos da classe trabalhadora, em suma, deve ser um profissional propositivo e não só executivo.

As assistentes sociais do CRAS Cabanas, expuseram que dentro dos limites impostos a elas em seu cotidiano laboral, trabalham a questão da autonomia dos sujeitos, dos usuários que demandam os serviços da assistência social do município. Muitos usuários, segundo afirmam as entrevistadas, ainda associam os auxílios da assistência social como a questão político partidária, o que é desmistificado por elas nos atendimentos, nas rodas de conversas que são ofertadas e realizadas no CRAS.

O SUAS a partir de sua proposta cria as condições de superação do assistencialismo, da concepção da assistência social enquanto “não política”, apenas como forma de ajuda e auxílio à população usuária. Contudo, ele por si só não conseguirá avançar; o desafio consiste na democratização e ampliação desse debate, pautando a política de assistência social enquanto política pública de dever do Estado e direito do cidadão. Esse debate precisa ser instituído, principalmente nos espaços de controle social instituídos já pela LOAS. Há que se registrar que a postura crítica do profissional diante da realidade em que está inserido também poderá criar condições de enfrentamento ao assistencialismo e ao primeiro-damismo. (NEGRI, 2011, p. 169).

No município, apesar dos avanços da implementação do SUAS, as ações clientelistas são muito recorrentes, o que fere o caráter de política pública e dever do Estado da política de assistência social. Ações desse tipo interferem diretamente no exercício profissional das técnicas, na autonomia destas. A questão político partidária tem um caráter muito forte no município, segundo as técnicas, ou você se sujeita aos mandos da gestão ou você é penalizado.

Considerando este contexto de extrema precarização, a seguir são apresentados os relatos das profissionais em relação ao projeto ético político da profissão enquanto direcionador de suas ações cotidianas.

“Então, eu acho que o nosso maior instrumento, eu acho não, o nosso maior instrumento do Serviço Social é a fala, então em cada atendimento a gente tem que trabalhar com essa conscientização, por exemplo, os usuários que chegam aqui, muitos deles acham que a cesta básica, os benefícios, é atrelado a política, a questões políticas e a gente tenta desconstruir isso nos atendimentos, é lógico, vai ser um processo demorado, mas eu acho que através dos argumentos, do contato que a gente tem com o usuário, acho que é uma forma da gente ir trabalhando isso, não é uma coisa que você vai falar agora e vai surtir efeito imediato, porque é um processo, infelizmente é algo que está cauterizado ne, na população, e a gente precisa desconstruir, mas eu acho que é, o nosso instrumental é isso.”(Esmeralda)

“Olha, eu tento ao máximo, fazer aquilo que a gente tem que fazer no CRAS, de acordo com as limitações, que são muitas, então assim, é incentivar né, a participação do público nas oficinas, nos grupos né, eu tô com uma ideia de fazer um grupo de PAIF né, com pessoas que sejam público pra BPC.” (Rubi)

“Nos atendimentos, nos meus instrumentos de trabalho, a relação e o com os outros profissionais né, a ética profissional.” (Jade)

“Nos atendimentos, conversando com os usuários, os deixando cientes de seus direitos.” (Ametista).

As assistentes sociais do CRAS, bem como nos dizeres da Iamamoto (2009), tem que criarem meios, estratégias, aproveitar os espaços de conversas para possibilitar aos usuários da política conhecimento acerca de seus direitos e deveres, contribuindo assim com os pressupostos de luta da categoria profissional, que é a defesa intransigente da classe trabalhadora.

Assumir a defesa intransigente dos direitos humanos traz, como contrapartida, a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio. Requer uma condução democrática do trabalho do Serviço Social, reforçando a democracia na vida social. Afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade já efetiva. (IAMAMOTO, 2009, p. 77).

O CRAS Cabanas em Mariana - MG, está localizado em um território onde a demanda pelos auxílios assistenciais são relativamente altas. O território do CRAS é muito populoso. Há muitas famílias que residem em áreas de risco e em áreas de ocupação. Essas famílias não têm acesso aos serviços básicos, como rede de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica o que reflete na qualidade de vida destas.

Além deste contexto territorial mais específico, é relevante mencionar que o município vivencia um período caótico após o rompimento da Barragem de Fundão ocorrido em

novembro de 2015 em que a economia local não se restabeleceu completamente, o que afeta diretamente a estrutura dos serviços públicos e o cotidiano de vida das pessoas que aqui residem.

Quando questionadas sobre como identificam no cotidiano profissional a precarização das condições de vida dos usuários do CRAS bairro Cabanas, as entrevistadas pontuam:

“a gente vê, igual, aqui tem a invasão, o bairro Santa Clara, Santa Rita, lugares que são inacessíveis, muitas vezes nas visitas você tem que andar, o acesso é difícil, e você vê que mora pessoas de toda faixa etária, deficientes, idosos, que moram nesses lugares, e a forma né, as condições que eles tem, sem saneamento, sem luz, porque aqui tem muito gato né, e aí o que acontece, muitos usuários chegam aqui com a conta de energia muito alta, eu acredito que seja devido a isso também, mas a gente vê que há uma parte né, a gente vê isso nas famílias, como elas vivem, nas condições de vida, nas condições precárias.” (Esmeralda)

“A demanda maior é justamente pelo emprego formal né, o público todo aqui, a maioria, exerce atividade informal, os famosos bicos que falam né, tem outras situações assim extremas diferentes, a questão do envolvimento com as drogas também...” (Rubi)

“Olha, nossa maior demanda aqui é com relação à alimentação e também moradia, porque aqui tem uma parte que é área de invasão, assim, nossas maiores demandas são alimentação, moradia e trabalho.” (Jade).

Uma questão que deve ser destacada, pois diz respeito à pergunta realizada, e que desde minha inserção no equipamento como estagiária foi possível perceber, diz respeito à redução do número de cestas básicas fornecidas para a população do bairro. Atualmente as assistentes sociais tem disponível 200 cestas básicas para a tender todo o território em um mês. É relevante destacar que o número do benefício reduziu pela metade. Houve época que o equipamento recebia 400 cestas básicas, ou seja, as profissionais tem um grande desafio de operacionalização do trabalho no CRAS ao que se refere à garantia do direito mais elementar dos indivíduos, a alimentação. A realidade posta ao exercício profissional é de selecionar dentre os que demandam o benefício. Essa ação, se contrapõe à perspectiva de universalidade de acesso e reforça a premissa da seletividade entre aqueles que recorrem ao equipamento e que, em tese, possuem os mesmos direitos.

A Assistência Social, a partir dos resultados que produz na sociedade – e tem potencial de produzir –, é política pública de direção universal e direito de cidadania, capaz de alargar a agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com suas necessidades e independentemente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos. (PNAS, 2004, p. 90).

Apontamos que, para potencializar a intervenção profissional diante de um contexto tão restritivo e adverso, ao que se refere às questões materiais, a questão da capacitação continuada é algo fundamental. Nesse sentido, todas as profissionais entrevistadas reconhecem a importância dos cursos de atualização profissional como meio de acúmulo de conhecimento e qualificação dos serviços na área em que atuam. As assistentes sociais entrevistadas são empregadas mediante contratos. Considerando essa especificidade, a gestão do Município não tem como prioridade proporcionar cursos de atualização profissional para vínculos empregatícios temporários. Essa referência aparece na fala de uma das entrevistadas, quando questionada se a instituição proporciona meios de qualificação profissional:

“Não! Principalmente por não sermos efetivos, a gestão só prioriza quem é efetivo. Aconteceu uma situação aqui ne que fiquei chateada mas depois entendi. Ia ter uma capacitação em BH, pra trabalhar com o público de criança e adolescente, e aí na época, acho que a técnica Ametista (efetiva) não poderia ir, algo assim, lembro que comentei com a coordenadora que queria ir, ainda mais que é o público que eu atendo no CRAS né, aí depois comentei com ela, associei, realmente não fui chamada porque não sou efetiva né, sou contratada, então eles não vão capacitar uma pessoa que hoje está aqui e amanhã pode não estar, então assim não priorizam não” (Rubi).

Quando questionadas sobre que sugestões apontariam para qualificar a atuação do Serviço Social no CRAS Cabanas, a técnica Esmeralda citou que sente falta da união da categoria, dos assistentes sociais. Segundo ela, muitas vezes os profissionais cedem muito fácil às pressões externas.

“Se houvesse um vínculo maior entre a categoria mesmo, acho que a gente já conseguiria romper com muita coisa, e a questão também do CRESS, a presença do CRESS, porque muita gente aqui não conhece, não sabe o trabalho do CRESS, pra que serve né, então tudo isso incentiva e também o apoio né” (Esmeralda).

Sobre a atuação do CRESS também foi pontuado:

“As nossas instancias, acabam muitas vezes deixando a desejar, principalmente o CRESS né, que a gente tem maior contato, assim, contando uma experiência que aconteceu comigo, é eu tinha me inscrito no processo seletivo em Urucânia e eu acionei o CRESS né, fiz minha inscrição tudo certinho e meu nome não apareceu na lista para fazer a prova, o CRESS nada, ou seja, você paga uma coisa que é seu dever pagar mas quando aciona não é atendido, então assim, deixa a desejar né, assim o material que divulgam ajuda muito né, mas na pratica não acaba nos representando como deveria.” (Rubi).

Conforme informações do sítio eletrônico do CRESS de MG, destaca-se que

O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS 6ª Região é uma autarquia federal que fiscaliza, orienta, disciplina e defende o exercício profissional do assistente social em Minas Gerais. Instituído pela Lei 3.252/57, que regulamenta a profissão de assistente social, e pelo Decreto nº 994/62, hoje alterados para Lei 8.662/93, o Conselho é uma exigência constitucional para todas as atividades profissionais regulamentadas por lei. Por ser uma entidade de direito público, o CRESS-MG tem suas contas apreciadas anualmente pelo Tribunal de Contas da União - TCU. (CRESS-MG).

As profissionais reconhecem a importância de uma instância que represente toda a categoria profissional dos assistentes sociais. As lutas por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, dentre outros, foram citadas como ações relevantes. A respeito dos textos, seminários promovidos pela instância, são reconhecidos como de grande contribuição nas suas formações profissionais, no entanto, afirmam que sentem falta da presença dessa instância nos espaços de trabalho, e até mesmo, de uma maior fiscalização deste nos concursos públicos. De acordo com as entrevistadas, um maior envolvimento do conjunto CFESS/CRESS nos espaços de trabalho contribuiria qualitativamente para o trabalho que realizam e preveniria muitos casos que ferem as normativas da profissão.

Um exemplo a ser destacado nesse sentido, se encontra na fala da assistente social Rubi:

“E antes dessa gestão, que foi quando comecei aqui, porque assim a minha única experiência profissional é aqui no CRAS, mas eu já tinha feito meu primeiro contato no meu estágio, lá eu não tive muito contato com a coordenadora, igual, lá eu não tinha reuniões, se tinha não me lembro. Bom, quando eu cheguei aqui eu tomei um susto, um baque, porque a coordenação era totalmente diferente dessas duas experiências que eu tive. Prefiro não citar nomes, você conhece a pessoa, muito difícil de lidar, de trabalhar, por que as coisas, as vezes chegavam de uma outra forma pra gente, e aí a gente não tinha autonomia, era pra você fazer isso, pra ter uma ideia, uma situação até um pouco delicada que foi levada pro CRESS também na época, é a questão da liberação de cesta básica né, a gente já assinar e deixar com a pessoa e que isso depois foi apurado e que realmente houve liberação pela própria coordenação e tal, mas a gestão já tomou as devidas providências e já tá tudo sanado, tanto é que ela não tá mais na coordenação de CRAS, de programa algum. Mas assim foi um baque quando eu cheguei, eu sai do mundo do “País, Alice das Maravilhas no estágio, e quando chegue aqui, é, eu tava com medo de adoecer!!” (Rubi).

A conjuntura atual, de governo neoliberal, vem na contramão das conquistas da classe trabalhadora por priorizar as relações de mercado. Os direitos dos trabalhadores são estruturados a partir da lógica capitalista, conforme pode ser constatado nas falas que apresentamos. Ao que se refere ao SUAS, pode-se dizer que é um processo permeado de avanço no que tange ao reconhecimento da assistência social enquanto política pública, mas que sua trajetória tem sido escrita através de avanços e retrocessos.

Herdamos a trajetória histórica de um país marcado por um processo concentrador da propriedade, tendo o latifúndio como a relação central da produção dos produtos primário-exportadores, com base na superexploração da força de trabalho, não raras vezes com o trabalho infantil e escravo associados.

É, portanto, dinâmica atuante em nosso presente a alta concentração da propriedade dos meios de produção nos grandes grupos privados nacionais e internacionais, com elevado grau de concentração da riqueza. A intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, que caracterizam o modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, impõem condições deploráveis de vida às massas. (CNAS, 2018, p. 18).

Portanto, seja no Município de Mariana-MG ou em qualquer outro do país a situação de país de capitalismo dependente, periférico, interfere diretamente na operacionalização das políticas sociais. Estas que se tornam cada vez mais insuficientes a partir das contrarreformas imprimidas pelo Estado e pelas reformas trabalhistas que acentuam a dureza das vidas dos sujeitos em nome de suprir as necessidades de acumulação interna do capitalismo e de assegurar a remessa de lucros aos países centrais.

Apesar de ser uma condição estrutural, essa realidade se faz muito agravada no contexto de Mariana - MG, município marcado historicamente pela mineração extrativista e pela desigualdade social decorrente deste processo produtivo. Essas contradições se explicitam no acesso aos serviços sociais públicos, fortemente na política de assistência social e no exercício profissional do assistente social nesse contexto, foi o que procuramos demonstrar ao longo deste estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constituir a assistência social como política pública, nos marcos regulatórios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ainda é um desafio para o Estado brasileiro, principalmente porque se instala e se consolida num estágio da sociedade capitalista sob a égide neoliberal, no qual se vislumbra, “um estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p.11).

O Estado brasileiro sobre a égide do neoliberalismo, é um Estado máximo para o mercado. as ações direcionadas pela instância são organizadas e pensadas levando em consideração o fortalecimento das relações financeiras, e no contraponto a isso, no que condiz ao trato à população, as políticas públicas vem sendo destituídas em detrimento da lógica privada de oferta. Os programas de transferência de renda são cada vez mais comuns como estratégia de mercado, por exemplo.

Ao considerarmos a configuração sóciohistórica do país, destacamos a fala de Marini (2000, p. 109) quando pontua que: “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Assim, o Brasil apresenta e vivencia essa particularidade em seu desenvolvimento histórico. Enquanto país Latino-Americano, o desenvolvimento do capitalismo se faz de forma dependente, o que contribui e se fundamenta na condição de superexploração da força de trabalho. Isso reflete diretamente na conformação do Estado, das políticas sociais e da própria classe trabalhadora usuária desses serviços, direitos sociais.

Os dados apresentados sobre a construção sociohistórica da política de assistência social mediante ao a frente Neoliberal, contribuem para compreensão da atual conjuntura de contrarreformas desencadeadas pelo Governo atual. O CRAS Cabanas em Mariana - MG não está isento dessas situações. Através das informações apresentadas sobre este equipamento e território em que está instalado, pode-se melhor compreender a política de assistência do Município, sua conformação, questões que se referem à gestão atual. O percurso realizado nos permitiu uma reflexão crítica a respeito da construção do SUAS, seus avanços e retrocessos em âmbito nacional e local.

O Estado como explicitado atua fortalecendo as relações de mercado. A classe trabalhadora, os assistentes sociais tem no seu exercício profissional os limites impostos dessa conjuntura. As precárias formas de contratações, a extensiva jornada de trabalho, a falta de

concursos públicos, a falta de participação nos processos deliberativos, e na elaboração de leis, são alguns exemplos de precarização pelo qual os profissionais são submetidos diariamente. Para além da precarização do trabalho destes, o afronte às políticas públicas em detrimento do mercado interfere diretamente na qualidade dos serviços prestados aos usuários da política de assistência social. As ações se tornam focalizadas e seletivas, retirando o caráter universal destas e, ao invés de superar as desigualdades sociais, o que temos é um sistema que mantém tal subalternidade.

As relações de trabalho são marcadas pela exploração, pela redução e ausência de direitos sociais e trabalhistas, pela flexibilização que retira do trabalhador sua estabilidade, seu emprego, colocando-os na informalidade, no subemprego, pauperizando a classe trabalhadora e obrigando-os a buscar junto à política de assistência social seus direitos sociais negados no âmbito do trabalho. (NEGRI, 2011, p. 160).

Para fazer frente a tal contexto, a categoria articula suas lutas a partir das referências expressas no código de ética da profissão, nas leis que a regem, no projeto ético político, dentre outras normativas e referências éticas. Pode ser visto que os assistentes sociais tem uma luta constante em seu cotidiano. O exercício profissional é atravessado de limites e possibilidades, pontuando que a categoria tem como defesa intransigente os direitos da classe trabalhadora, o fim da exploração de classes, a luta pela emancipação humana. Isso acontece numa sociedade onde as relações de mercado são priorizadas em detrimento das relações humanas, que tem como conjuntura atual os detentores do capital concentrando a riqueza socialmente produzida, enquanto a classe trabalhadora se vê desprovida de políticas, serviços e programas que lhe garantam condições dignas de vida e existência.

Pode se dizer que o que está em pauta se refere à distribuição da riqueza socialmente produzida, conforme pontuado por Paiva, Rocha, Carraro (2010, p. 256), “a especificidade da contribuição da assistência social, como integrante da proteção universal da seguridade social, deve basear-se em seu potencial político-estratégico se, e somente se, for referenciada no complexo âmbito da socialização da riqueza coletivamente construída e das estruturas de poder político.”

Ainda nos dizeres de Negri (2011), nos espaços democráticos, a disputa pela redistribuição e as lutas contra as desigualdades sociais permanecem obscuras. Enquanto essa lógica se mantiver, a luta por políticas ambíguas se manterá, contribuindo assim pelo trato paliativo da pobreza mediante os apelos humanitários.

Visto isso, ao partir da hipótese: O cenário de contrarreformas do Estado e precarização do mundo do trabalho que impõe ao cotidiano de trabalho do assistente social inúmeros limites que influenciam nas possibilidades do seu exercício profissional. Tal contexto se põe também no cotidiano do profissional Assistente Social do CRAS Cabanas em Mariana - MG.

Os estudos feitos para alcançar tal materialidade, através de um recorte regional, nos permite compreender o quanto a nossa formação sócio histórica contribui para o cenário atual e vem se complexificando cada vez mais mediante ao modelo de Estado Vigente.

As bibliografias utilizadas discorrem sobre o Serviço Social, Estado, Neoliberalismo, Leis que regem a profissão, materialização do SUAS, Questão Social, Precarização do Trabalho, isso para compreendermos num contexto geral de como as configurações adotadas impactam o exercício profissional do assistente social, a partir disso a pesquisa se ateve ao aprofundamento das questões econômicas, sociais e históricas do município de Mariana MG, suas particularidades, fazendo aqui um recorte do equipamento do SUAS onde ocorreu o aprofundamento da pesquisa, através da Lei que dispõe sobre a política social local, mediante entrevistas com as profissionais, assistentes sociais, com o intuito de entender melhor como as contrarreformas em pauta no Brasil impactam o trabalho destas e também ao atendimento à população usuária da política, importante ressaltar, como foi frisado anteriormente, o município lida com um desastre ambiental que marcou todo o País, visto seu grau de destruição no que condiz ao meio ambiente e no que se refere aos aspectos econômicos e sociais da região.

O estudo sobre “O exercício profissional dos assistentes sociais no CRAS Cabanas em Mariana - MG, seus limites e possibilidades, num cenário onde a política vem sido bastante requisitada por parte da população mediante a contenção de gastos do Município nos propicia meios de reflexão que contribuem para compreender a dinâmica municipal do Estado,,a pesquisa tem como intuito contribuir efetivamente como base para estudos na área da assistência social local, para a gestão da política possibilitando assim na melhor organização dos gestores, como forma de compreender melhor a configuração do Estado e os rebatimentos aos profissionais dessa política, servir ,como base para estudos acadêmicos e profissionais futuros.

Por fim, referenciando a importância das políticas sociais, dos equipamentos públicos tal como os CRAS, especialmente o CRAS Cabanas no território de Mariana - MG,

finalizamos este estudo, com a clareza dos limites que possui e apontando para a necessidade de realização de estudos como o que este se propõe a ser: um potencializador e desencadeador de reflexões sobre a profissão do Serviço Social, sobre o exercício profissional do assistente social e sobre este território.

Nesse sentido, e na certeza de que além dos inúmeros limites, há sim, no cotidiano profissional um conjunto de possibilidades à uma intervenção crítica e alinhada aos preceitos ético-político que a profissão defende, compartilhamos um poema produzido por adolescentes que participam de um projeto de extensão chamado “Lavras de Versos”, que é vinculado ao “Programa de Extensão Mineração do Outro: Programa de Cultura e Crítica Social”, ações estas vinculadas ao curso de Serviço Social da UFOP, e que tem o CRAS Cabanas e parte de sua equipe técnica enquanto parceiros para a operacionalização da ação, o que demonstra a potencialidade da articulação entre a universidade, entre o momento de formação profissional com o da atuação profissional.

***Dói no povo a dor do universo***

*A dor do outro também deve ser nossa dor  
A humanidade está perdida.  
Dor que humilha e alimenta, cegueira, trevas,  
violência, tiro no escuro, pedaços de pau, lar sem  
muro, paraíso do mal e castelos de madeira.  
Hoje Deus anda de blindado cercado e protegido  
por dez anjos armados  
O ódio, o sofrimento, a miséria,  
são pedras no meio do caminho,  
colocadas pela estrutura e curadas por mim.  
No Brasil quem tem opinião, morre.  
Das lágrimas que se faz a revolução!  
(poesia construída pelos adolescentes que  
participam do Projeto de Extensão Lavras de Versos  
no bairro Cabanas, Mariana-MG).*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON. P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, E; GENTILLI, P. (Orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Disponível em: <[http://desenvolvimentoemquestao.wordpress.com/2010/02/21\\_pos-neoliberalismo-as-politicas-sociais-e-o-estado-democratico-perry-anderson/](http://desenvolvimentoemquestao.wordpress.com/2010/02/21_pos-neoliberalismo-as-politicas-sociais-e-o-estado-democratico-perry-anderson/)> Acesso em: 15 nov 2018

ATINGIDOS. **Um olhar sobre a atuação das comunidades, das organizações populares e do Ministério Público de Minas Gerais após o desastre de Mariana**. Editora: O Lutador, Belo Horizonte, 2016.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 9 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERTOLLO, Kathiúça. **Superexploração da força de trabalho no cotidiano e na vida dos sujeitos de direitos da política de assistência social em Santa Catarina**. Florianópolis, 2017.

\_\_\_\_\_. **Superexploração da força de trabalho no cotidiano e na vida dos sujeitos de direitos da política de assistência social em Santa Catarina**, 2014.

BEVILACQUA, Tatiane. **Gestão do SUAS em Santa Catarina: lacunas e perspectivas da realidade catarinense**.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: <[http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.Htm.](http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao.Htm.)>Acesso em: 02 abril de 2018.

BRASIL, Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. **Política Nacional De Assistência Social – PNAS**. Resolução nº 145, de 15 de outubro, Brasília, 2004.

BRASIL. **Dispõe Sobre a Organização Da Assistência Social e Dá Outras Providências**. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**, Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, Brasília- DF, 2004.

Caderno de Textos. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**, Resolução nº. 273, de 13 de março de 1993.

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (CFEM). **Exclusivo: acidente da Samarco vai afetar balança comercial e derrubar arrecadação de royalties**. O blog do royalty da mineração, 11 dez 2015. Disponível em: <<http://blog.cfem.com.br/>>. Acesso em: 07 nov 2018.

CRESS-MG. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS 6ª Região. Disponível em: < <http://www.cress-mg.org.br/Menu/Institucional>> Acesso em 14 nov. 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 12ª Ed, São Paulo: Editora Loyola, 2003.

HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais (Fonte de livro, site???)

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais E Serviço Social No Brasil**: Esboço de uma Interpretação Histórico Metodológica. 2 Ed.São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Brasil das desigualdades**: “questão social”, trabalho e relações sociais. Brasília, SER Social, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo. Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital financeiro trabalho e questão social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Minas Gerais, Mariana: censo demográfico 2010: sinopse. 2016a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>> Acesso em: 10 de nov 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Minas Gerais, Mariana: censo demográfico 2010: sinopse. 2016a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?ang=&codmun=314000&idtema=1&search=minas-gerais|mariana|censo-demografico-2010:-sinopse->>> Acesso em: 13 nov 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). Informações e análises da economia mineral Brasileira. 7. ed. Brasília. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00003797.pdf>> Acesso em: 4 nov 2018.

Lei Nº 3.153, de 11 de julho de 2017. Dispõe Sobre O Sistema Único De Assistência Social Do Município De Mariana – Suas Mariana/Mg E Dá Outras Providências.

LOPES, M. H. C. **O tempo do SUAS.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 87, ano XXVI Especial 2006, São Paulo Cortez, 2006.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João (Orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

\_\_\_\_\_. **Dialética da dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social teoria método e criatividade.** Petrópolis, 2002, p. 7-67.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Sistemas: relatório de informações sociais. 2016a. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php#sociodemografico>> Acesso em: 15 nov 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Mercado de Trabalho no Censo 2010: Boletim: Dados Municipais, 2010. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=bo\\_mercado\\_de\\_trabalho&ibge=314000#](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=bo_mercado_de_trabalho&ibge=314000#)>. Acesso em: 09 out 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, DF, 2004.

MONTAÑO, C. **Um projeto para o Serviço Social crítico**. In: Revista Katálysis, Vol. 09, nº 02, Florianópolis: Ufsc, Julho a Dezembro, p. 141-157, 2006.

NEGRI, F. **O exercício profissional do Assistente Social e a precarização no mundo do trabalho**: Ensaio Sobre Sua Inserção No Sistema Único De Assistência Social. Florianópolis, 2011.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade, pobreza e serviço social**. In: Revista em Pauta, nº. 19, 2007, p. 135-170.

OLIVEIRA, G. C.; VASQUEZ, D. A. **Florestan Fernandes e o capitalismo dependente**: elementos para a interpretação do Brasil. Rio de Janeiro, Vol 9, 2010.

PAIVA, B. A. **Sistema Único de Assistência Social em perspectiva**: direitos, política pública e superexploração. São Paulo: Veras Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores sociais do Suas: Qual agenda construir?**. VIII Conferência Nacional de Assistência Social: Consolidar o Suas e valorizar seus trabalhadores. Cadernos de textos. Brasília/ DF: Conselho Nacional de Assistência Social, MDS, 2011.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PREFEITURA DE MARIANA. **Distritos de Mariana**, 2016b. Disponível em: <<http://pmmariana.com.br/todos-distritos>>. Acesso em: 14 nov 2018.

PREFEITURA DE MARIANA. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br>> Acesso em: 13 Fev 2018.

ROESER, H. M. P; ROESER, P. A. **O Quadrilátero Ferrífero-MG, Brasil: Aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados**. Geonomos, v. 18, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/1.06\\_Hubertetal\\_33\\_37.pdf](http://igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/1.06_Hubertetal_33_37.pdf)> Acesso em: 15 nov 2018.

SALVADOR, E. S. **Fundo público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social**. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Política Social, 2008.

TORRES, M. M; LANZA, L. M. B. **Serviço Social: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas**, Vitória, v. 5, nº. 1, 2013.

UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em <<https://ichs.ufop.br/>> Acesso em 15 nov 2018.

UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <[https://www.icsa.ufop.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1&Itemid=7](https://www.icsa.ufop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=7)> Acesso em: 15 nov 2018.

VIANNA, M. L. T. W. **A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica?** In: Revista Praia Vermelha, n.18. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M. S.; PINTO, R. G. **Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana.

Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

XAVIER, J. B.; VIEIRA, L. P. de O. **O trabalho e seus sentidos: a destruição da força humana que trabalha.** In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016.

YAZBEK, M. C. Et Al. **O Serviço Social Brasileiro Em Movimento: Fortalecendo A Profissão Na Defesa De Direitos.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Ano 29, nº 95, 2008.

\_\_\_\_\_. **Classes Subalternas e assistência Social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

## ANEXOS

### 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que abordará sobre o Exercício Profissional do assistente social do CRAS Cabanas em Mariana-MG. Essa pesquisa propõe aprofundar o conhecimento sobre como se dá o exercício profissional do assistente social no CRAS, no âmbito do modo de produção capitalista, bem como os limites e possibilidades frente às contrarreformas do Estado.

Sua participação nesta pesquisa será através de respostas às perguntas realizadas por meio de aplicação de uma entrevista semi-estruturada, para conhecermos a sua opinião.

Ressaltamos que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Lembramos que sua participação é voluntária e sua identidade não será revelada. Os benefícios relacionados à sua participação são expressivos e muito importantes. Sua participação contribuirá para qualificação dos serviços nesse espaço, bem como da Secretaria a qual a política é vinculada.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone da pesquisadora principal e da Professora Orientadora dessa pesquisa, podendo esclarecer suas dúvidas sobre sua participação a qualquer momento.

Obrigada por sua colaboração.

---

Laís Stefani da Silva  
Estudante responsável pela pesquisa

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Kathiúça Bertollo  
Professora Orientadora

Departamento de Serviço Social – DECSO Fone: (31) 3558-2275

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA Fone: (31) 3557-3835

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Declaro também que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ter e esclarecer as minhas dúvidas.**

Mariana MG \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

---

Entrevistado

Departamento de Serviço Social – DECSO Campos Universitário Mariana. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA, Rua do Catete nº 166, Centro – Mariana-MG CEP: 35420-000.

Telefone Geral: (31) 3557-3835

E-mail Geral: [diretoria@icsa.ufop.br](mailto:diretoria@icsa.ufop.br) Site: [www.icsa.ufop.br](http://www.icsa.ufop.br)



6.1 Em que setor foi? E por quanto tempo?

7. Já atuou em outro CRAS antes de atuar no CRAS Cabanas?  
( ) Sim ( ) Não.

7.1 Em qual CRAS/Município foi?

8. Qual sua forma de contratação para atuar no CRAS Cabanas?

A sua forma de contratação permite que você tenha acesso à algum tipo de convênio? Se sim, quais?

9. Desde quando atua no CRAS Cabanas?

9. Quantas horas semanais de trabalho desenvolve no CRAS Cabanas?

10. Você supervisiona estágio curricular obrigatório em Serviço Social?  
( ) Sim ( ) Não

Se sim, Quantos estagiários? De que universidade são?

11. O que você entende por precarização de trabalho?

11.1 Como você identifica no seu cotidiano profissional a precarização da força de trabalho em relação à equipe de trabalho?

12. Como você avalia as condições físicas e materiais do CRAS Cabanas?

13. Como você avalia a sua autonomia profissional no CRAS Cabanas em relação à chefia imediata/Coordenador do CRAS?

14. Como você avalia a sua autonomia profissional no CRAS Cabanas em relação à equipe de trabalho/ demais técnicos?

15. Como você avalia a sua autonomia profissional no CRAS Cabanas em relação à chefia da proteção social básica do município?

16. Como você avalia a sua autonomia profissional no CRAS Cabanas em relação ao gestor da política de assistência social do município?

17. De que forma procura materializar o projeto ético político do Serviço Social neste seu espaço de trabalho e junto à população?

17. Você considera importante os cursos de atualização da profissão?

18. A instituição proporciona meios para atualização profissional a você e para a equipe que atua no CRAS Cabanas?

19. Qual sua opinião a respeito das instâncias de representação da categoria (CFESS, CRESS, ABEPSS)?

Você possui vinculação com sindicatos e/ou movimentos sociais? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais?

20. Como você identifica no seu cotidiano profissional a precarização das condições de vida dos usuários do CRAS Cabanas?

21. Partindo do pressuposto que a condição de vida dos usuários da política de assistência social faz com que sejam demandados diversos serviços, programas, projetos e benefícios a fim de terem suas necessidades básicas atendidas, como se dá o trabalho em rede entre os assistentes sociais do CRAS Cabanas e outros setores e políticas sociais no município?

22. No espaço sócio ocupacional em que ocupa são respeitados os artigos da lei que regulamenta a profissão, como por exemplo jornada de trabalho?

23. A seu ver, tendo em vista o código de ética, quais referências/princípios/diretrizes são possíveis exercer/realizar e quais encontram entraves para serem colocados em prática no seu atual espaço de trabalho?

24. Aponte as possibilidades de seu exercício profissional no CRAS Cabanas?

25. Quais sugestões você aponta para qualificar a atuação do Serviço Social no CRAS Cabanas?

### **3. PROPOSTA DE SUMÁRIO DO TCC**

#### **Introdução**

#### **1- SERVIÇO SOCIAL, ESTADO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: BREVES CONSIDERAÇÕES**

1.1- O exercício profissional do Assistente Social: questões legais normativas- e ético políticas.

1.2- O Estado e a intervenção nas expressões da questão social.

1.3- Considerações sobre a Política de Assistência Social no Brasil: Da Constituição Federal ao SUAS.

1.4 - O exercício profissional do Assistente Social na Política de Assistência Social.

#### **2- O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS CABANAS EM MARIANA-MG.**

2.1- O município de Mariana-MG: Apontamentos sobre os âmbitos econômicos e sociais.

2.2- A conformação e a execução da Política de Assistência Social em Mariana MG.

2.3- A realidade do exercício profissional do assistente social no CRAS Cabanas.

Certifico que a aluna Laís Stefani da Silva autora do trabalho de conclusão de curso intitulado “O Exercício Profissional do Assistente Social no CRAS Cabanas em Mariana-MG”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

*Kathiuça Bertollo*

---

Kathiuça Bertollo

Orientadora

Mariana-MG, 05 de dezembro de 2018.